

# ESTUDO PRELIMINAR, TRADUÇÃO E NOTAS DA DISSERTATIO *STILO PHILOSOPHICO NIZOLII*, DE LEIBNIZ

*Jorge Alberto Molina*  
Universidade de Santa Cruz do Sul

*Edgar Affonso Hoffmann*  
Universidade de Santa Cruz do Sul

**Resumo:** Este texto é uma tradução a partir do original em latim, com uma introdução e comentários, da *Dissertação sobre o estilo filosófico de Nizólio*, obra escrita em 1669 pelo jovem Leibniz. Nessa obra Leibniz se ocupa com o estilo que deve ter a exposição filosófica. A introdução tem duas partes: na primeira parte se examina o contexto da aparição daquela obra de Leibniz em uma época em que não há uma distinção clara entre os limites entre a Lógica, a Retórica e a Dialética. Na segunda parte é feita uma exposição do conteúdo do texto de Leibniz.

**Palavras-chave:** Filosofia moderna, teoria da argumentação, retórica.

**Abstract:** This work is a translation from the Latin of *The dissertation about Nizolio's philosophical style*, a text written about 1699 by the young Leibniz. The translation is accompanied with notes and an introductory study where the historical context of production and the content of this leibnizian text are examined.

**Keywords:** Modern philosophy, theory of argumentation, rhetoric.

## Lógica, dialética e retórica no início da modernidade

Em 1670 apareceu, editada em Frankfurt, uma dissertação de Leibniz com o título de *Dissertação sobre o estilo filosófico de Nizólio*<sup>1</sup>. Esse texto

---

<sup>1</sup> De agora em diante nos referiremos a essa obra como *Sobre o estilo filosófico de Nizólio*.

foi publicado nesse ano por iniciativa do barão de Boineburg, acompanhando uma nova edição da obra do humanista italiano Mário Nizólio *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método do filosofar*<sup>2</sup>, que tinha aparecido em 1553, mais de um século antes. A dissertação de Leibniz é de fato um comentário ao texto supracitado de Nizólio. A edição de Boineburg continha também parte de uma carta que Leibniz escrevera em 1669 a Thomasius sobre a reconciliação de Aristóteles com os autores modernos. Essa carta, que geralmente se edita por separado, não faz parte da presente tradução.

Segundo o título completo do seu trabalho, Nizólio se propunha examinar os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar, argumentando contra os falsos filósofos e rejeitando todos os princípios falsos dos dialéticos e metafísicos<sup>3</sup>. O texto de Nizólio tinha também como objetivo refutar as objeções que contra Nizólio dirigira Marco Antonio Maioraggio, outro humanista italiano.

*Sobre os verdadeiros princípios* de Nizólio deve ser lido como uma das tantas contribuições à polêmica entre humanistas e escolásticos da qual já, no início do século XV, participara o humanista italiano Lourenço Valla. Esse autor se propôs a lavrar de novo o terreno sobre o qual se assentara até então a Dialética e a Filosofia, criticando, desde uma perspectiva ancorada na Retórica clássica, o pensamento aristotélico e escolástico. O que Valla objetara aos escolásticos, junto com grande parte dos humanistas que escreveram depois dele, foi o fato de aqueles usarem um jargão incompreensível, formado por um conjunto de neologismos, inventados para fazer referência a entidades abstratas. Desse jargão formavam parte palavras tais como *quidditas*, *haeccitas*, *hoccitas* etc. Palavras que não existiam no latim clássico e que os escolásticos criaram para expressar suas especulações filosóficas e teológicas.

Na Renascença identificamos uma forte reação contra a Filosofia escolástica. Os conteúdos dessa filosofia foram expressos usando diferentes

---

<sup>2</sup> De agora em diante nos referiremos a essa obra como *Sobre os verdadeiros princípios*.

<sup>3</sup> Leibniz (1960-1961, p. 136) nos dá o título completo da obra de Nizólio. Este era: *Quatro livros de Mário Nizólio de Bréscia sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar contra os pseudo-filósofos, nos quais com firmeza são estabelecidos todos os verdadeiros princípios das verdadeiras artes e ciências, tendo sido refutados e rejeitados quase todos os princípios falsos dos Dialéticos e Metafísicos e além disso, se refutam quase todas as objeções de Marco Antônio Maioraggio contra o mesmo Nizólio publicadas até o dia de hoje*.

gêneros textuais: ora através de comentários sobre obras de autores antigos, ora através de tratados filosóficos ou teológicos, ora através da *disputatio* medieval. A *disputatio* consistia em uma discussão regrada entre o Proponente de uma tese e seu Oponente. Essa tese era a resposta que o Proponente dava a uma pergunta formulada pelo *Magister*, como por exemplo, se a verdade está nas coisas ou no intelecto. O objetivo desse tipo de discussão consistia em resolver a diferença de opinião entre Proponente e Oponente, incumbidos de tarefas opostas, um de defender a tese em questão, outro de atacá-la. Entretanto havia também *disputationes* em que um *magister* não determinava o tema da discussão, mas esse era proposto diretamente pelos participantes. O que importa salientar aqui é o seguinte: na Renascença e até nos inícios da Idade Moderna o método das disputas continuava a ser usado nas universidades europeias, mas já nessa época as *disputationes* estavam longe de ser um diálogo filosófico genuíno como o são os diálogos de Platão, pelo fato de que os participantes não estavam à procura da verdade, mas já tinham posições tomadas. Muitas vezes eles não interagiam entre si. Cada um expunha seu discurso, sem interrupção, e no final era um terceiro que decidia quem vencera na disputa. Por último, segundo o historiador Walter Ong, a *disputatio* acabou adquirindo pela época do filósofo francês Petrus Ramus (1515-1572) um viés pedagógico:

In the university world before and during Ramus' time, dialectic itself, which in its etymological origin was concerned with real dialogue (...) was habitually thought of as implementing not dialogue, but the huge pedagogical apparatus. (...) Instead of representing an approach to truth through the real dialectic of Socrates' midwifery, or through a series of probabilities as in Aristotle's conception, dialectic or "logic" became the subject a teacher taught to other coming teachers in order to teach them how to teach, in their turn, still other apprentice teachers, and so on ad infinitum (ONG, 2004, p.154-155).

A *disputatio* acabou tendo a única função de ser um procedimento para a obtenção de um grau acadêmico. Assim na época de Lutero, os candidatos ao grau acadêmico de Doutor em Teologia defendiam sua tese através de uma disputação. O procedimento dessa disputação, seu percurso, era fixado não pelo candidato, mas pelos examinadores.

No lugar da aridez da exposição escolástica e do pedantismo da *disputatio* medieval muitos dos intelectuais da Renascença preferiram adotar como forma de exposição do discurso filosófico a elegante prosa ciceroniana. Cícero teve um lugar secundário na história da Filosofia antiga, seu pensamento eclético consistiu em uma reunião das opiniões dos outros filósofos. Entretanto, sem dúvida, ele ocupou um lugar destacado na história da Retórica.

A Lógica formal, a Retórica e a Dialética têm lugares diferentes e bem delimitados no *corpus* aristotélico. A Lógica é o tema dos *Primeiros* e dos *Segundos Analíticos*, a Dialética dos *Tópicos* e a Retórica, dos livros que compõem a *Retórica* de Aristóteles. O fato de cada uma dessas disciplinas terem sido expostas em lugares diferentes não é arbitrário, pois elas se ocupam de distintos tipos de discursos argumentativos, proferidos em situações comunicativas diferentes. O tema dos *Primeiros Analíticos* é a teoria do silogismo e o critério de correção oferecido nessa obra para esse tipo de argumento é puramente formal. Os *Segundos Analíticos* se ocupam do silogismo científico, aquele que partindo de premissas necessárias chega a uma conclusão também necessária. O silogismo dialético é caracterizado no livro I dos *Tópicos*, como aquele que procede a partir de premissas prováveis. O provável é definido por Aristóteles nos *Tópicos* como sendo aquilo que é acreditado ou pela maioria das pessoas, ou pelos mais sábios. O provável não é o verdadeiro, aquilo que estaria fora de toda dúvida, mas o razoável ou verossímil. Por último, a Retórica se ocupa da persuasão através do discurso. O silogismo retórico visa a persuadir.

Para Aristóteles a situação comunicativa da Dialética é diferente da do discurso científico. Na Dialética temos um diálogo vivo com interação entre dois ou mais oponentes, no discurso científico se trata da exposição de um mestre. A situação comunicativa associada com a arte retórica consiste em um orador que se dirige a sua platéia. Nem na Dialética nem na Retórica o critério de correção da argumentação é puramente formal como o é nos *Primeiros Analíticos*. As regras dadas por Aristóteles para a Dialética, no livro VIII dos *Tópicos*, são regras de procedimento que indicam como levar um diálogo de forma bem sucedida para o proponente de uma tese<sup>4</sup>. Na *Retórica*, Aristóteles nos indica que a persuasão não se obtém só por meio da lógica do discurso (persuasão pelo *logos*), mas também da habilidade por

---

<sup>4</sup> ARISTÓTELES, 1984.

parte do orador em se apresentar de forma convincente a sua platéia (persuasão pelo *ethos*) e de usar para seus fins as paixões da audiência (persuasão pelo *pathos*)<sup>5</sup>. O fato de ter Aristóteles dedicado parte do livro III da *Retórica* ao estudo da elocução, mostra que, segundo o filósofo grego, para a arte retórica não era apenas importante o que se dizia, mas também a forma como dizer as coisas, o que significa que o orador deve escolher o léxico que usará, de uma forma apropriada, consoante com o tema tratado, e ornamentado de forma tal que possa produzir o efeito persuasivo desejado.

Já no fim da Antiguidade clássica a distinção aristotélica entre Lógica, Dialética e Retórica começou a ser posta de lado. Na classificação medieval das artes liberais, a Dialética fazia parte, junto com a Retórica e a Gramática, do *Trivium* ou grupo de disciplinas relacionadas com a linguagem. A Dialética dos medievais abrangia numa mesma disciplina o conteúdo inteiro do *Organon* de Aristóteles, especialmente dos *Analíticos* e dos *Tópicos*, contendo também outros temas que não estavam dentro do *corpus* aristotélico, como a doutrina sobre a *suppositio* dos termos. Resultou disso uma aproximação entre o conteúdo de duas disciplinas, a Lógica formal e a Dialética, que Aristóteles separara de forma cuidadosa. Tornou-se assim possível que já no século XV Rudolph Agrícola efetuasse o trânsito desde uma teoria da Lógica baseada na predicação, em direção a uma teoria sobre o discurso argumentativo baseada nos tópicos ou lugares de argumentação<sup>6</sup>.

Na Renascença houve uma aproximação da Dialética, da forma como ela era entendida pelos medievais, com a Retórica devido à influência de Cícero. Nos *Tópicos*, Cícero declara:

Todo método de discursar (*ratio disserendí*) tem duas partes: encontrar os argumentos e julgar sobre seu valor (*unam inveniendí, alteram iudicandí*); nos dois casos me parece que Aristóteles foi o autor principal. Por outra parte, os estóicos trabalharam a segunda parte. Pois eles percorreram de forma diligente todas as avenidas do juízo, naquela ciência que chamam dialética. Porém descuidaram a arte de encontrar os

---

<sup>5</sup> *Retórica* 1356 a. Ver: ARISTÓTELES, 1994.

<sup>6</sup> ONG, 2004, Cap V.

argumentos, que é chamada tópica, que é preferível na prática e com certeza é primeira na ordem natural<sup>7</sup>.

O trecho que acabamos de citar é muito importante na evolução da Lógica. Ecoa na *Lógica de Port Royal*, obra do século XVII, que na parte IV, a Doutrina do Método, distingue entre o método de encontrar a verdade ou método de invenção e o método de fazê-la entender aos outros, tendo-a já encontrado, ou método de doutrina<sup>8</sup>. O primeiro é também chamado de método de análise, e o segundo de método de composição ou síntese. Entretanto os autores de Port Royal, quando pensam numa arte da invenção, não a encontram na tópica de Aristóteles e de Cícero, mas no método de análise da Geometria grega. Mas na época de Nizólio, quando se pensava numa arte da invenção, se pensava principalmente na invenção retórica.

A obra de Petrus Ramus é um exemplo dessa aproximação entre a Lógica e a Retórica. Esse autor teve uma grande influência nos séculos XVI e XVII. Ramus caracterizou a Lógica como a *ars bene disserendi*, a arte de discursar corretamente, aproximando assim a Lógica da Retórica. De outro lado, ele estava interessado não na invenção de novos conhecimentos, senão na organização daqueles já possuídos pela humanidade. Julgou ser a doutrina do método, concebida de forma pedagógica, a parte central da Lógica. A influência de Ramus ecoa também em Leibniz que em *Sobre o estilo filosófico de Nizólio* parece aderir à aproximação entre Lógica e Retórica, unidas as duas para realizar uma finalidade didática. Leibniz nos diz que:

Assim julgo que não deve ser criticado quem defende que pertence ao ofício do lógico tratar ao mesmo tempo das regras para pensar e do tipo do discurso apto para o ensino. Por essa razão Nizólio não errou porque se ocupou aqui e ali ao tratar do ofício do lógico do método exato de discursar (LEIBNIZ, 1960-1978, Vol. IV, p. 150).

O método proposto por Ramus, para a ciência, não era um método destinado a acrescentar novos conhecimentos, mas um método pedagógico. Segundo esse autor todo o método de uma ciência consistia em definição e divisão, do modo de ir do geral ao particular. “Em consequência o método

---

<sup>7</sup> *Tópicos*, II, 6.

<sup>8</sup> ARNAULD e NICOLE, 1970, parte quarta, cap. II.

de doutrina é a disposição das várias coisas a partir dos princípios mais gerais e universais até as coisas subordinadas e singulares que serão deduzidas”<sup>9</sup>. Sem dúvida, ao avaliar o método de Ramus, deve ser levado em conta que na Renascença era muito comum a ideia de que a humanidade atingira seu apogeu intelectual na Antiguidade clássica, não havendo então nada novo para descobrir. O que interessava era transmitir, ensinar, os conhecimentos dos antigos. A Lógica, confundida com a Dialética, foi assim concebida como um instrumento para o ensino das ciências e humanidades, e essa concepção aproximou-a da Retórica.

### O conteúdo da dissertação de Leibniz

Feitas estas considerações preliminares, nos ocuparemos agora do conteúdo da dissertação *Sobre o estilo filosófico de Nizólio*. Nesse texto Leibniz nos traz algumas informações sobre a vida intelectual de Nizólio. Diz-nos que esse humanista italiano esperava para si mais fama pelo seu livro *Reforma da Filosofia*, obra na qual encontrou prazer em trabalhar, do que por outro texto seu chamado *Concordâncias Ciceronianas*. E, contudo, julga Leibniz, enquanto esse texto de Nizólio sobre Cícero permanecerá tanto como a obra do próprio Cícero, a filosofia de Nizólio com dificuldade escapou da asfixia na sua origem. Leibniz acreditava também que se aqueles críticos que trataram Nizólio com desprezo tivessem vivido nos tempos dele pensariam de outra maneira sobre ele (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 134-135).

Em *Sobre o estilo filosófico de Nizólio* Leibniz nos informa que esse humanista italiano chegou à Filosofia através da leitura de Cícero. Como já dissemos, a elegante prosa de Cícero tal como aparece nas suas obras filosóficas *Sobre os deveres*, *Sobre a natureza dos deuses* e *Questões tusculanas*, nas suas obras sobre a Retórica e nos seus discursos, contrastava com a forma de expressão descuidada e árida dos escolásticos. O estilo daquela prosa, louvada por sua clareza e sua correção gramatical, seduziu muitos dos humanistas que passaram a considerar Cícero como um dos cumes da Filosofia antiga, até superior ao próprio Aristóteles. Diz-nos Leibniz no *Sobre o estilo filosófico de Nizólio*:

---

<sup>9</sup> RAMUS *apud* ONG, 2004, nota 56, p. 363.

Mas parece que Nizólío chegou às meditações filosóficas através dessa mesma leitura diligente de Cícero: pois como ele visse que tinham sido tratados por Cícero, certos tópicos muito precisos da Filosofia, sobre os deuses, o destino e a adivinhação, os fins das coisas, sobre a arte de disputar, de descobrir e de julgar, sobre todas as funções do Estado e sobre os deveres da vida humana, ao mesmo tempo de forma tão cuidadosa e em latim tão correto e com um estilo tão aprimorado, que eu não poderia dizer nada com mais elegância e riqueza (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 135).

Como consequência, afirma Leibniz, Nizólío “começou a desdenhar com razão o modo infeliz dos Escolásticos de discutir assuntos, que continha muitas obscuridades e poucas coisas úteis e absolutamente nada de elegância” (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 135).

Na sua dissertação sobre Nizólío, Leibniz nos descreve as circunstâncias que levaram aquele humanista italiano a redigir *Sobre os verdadeiros princípios*. Célio Calcagnini escrevera um texto em que criticara *Sobre os deveres* de Cícero, o herói dos humanistas. Esse fato ofendeu admiradores de Cícero o que levou a Jacó Gripholo e a Marco Antônio Maioraggio a editar uma apologia de Cícero. Nizólío interveio nessa disputa, censurando a Célio por atacar a Cícero, e a Maioraggio porque pensara que o pensamento de Aristóteles podia ser conciliado com o de Cícero. Aquela intervenção de Nizólío se expressou num texto de sua autoria que, sob o título de *Defesa de alguns tópicos de Cícero*<sup>10</sup> foi anexado a uma edição de *Sobre os deveres* de Cícero, feita em Veneza, em 1554. Não suportando ser atacado por Nizólío, Maioraggio escreveu com muita dureza dois livros de objeções contra ele. Finalmente, desse modo coagido, Nizólío, tendo retomado todo o assunto para um exame mais minucioso, publicou os quatro livros que formam *Sobre os verdadeiros princípios*, o texto que originou o comentário de Leibniz que estamos analisando.

Aqui nos vemos obrigados a fazer uma digressão. Mencionamos acima que Nizólío atacara o aristotelismo de Maioraggio. Cabe salientar que não houve por parte do conjunto dos humanistas uma opinião unânime sobre o valor do pensamento aristotélico. A visão de que pelo fato de

---

<sup>10</sup> O título em latim da obra de Nizólío era *Defensio aliquot Ciceronis locorum*.

menosprezar a Escolástica todos os humanistas rejeitaram em bloco a Filosofia aristotélica é falsa e faz tempo tem sido rejeitada por pesquisadores importantes da filosofia da Renascença. É verdade que o pensamento filosófico dessa época pode ser caracterizado a partir da disputa entre humanistas e escolásticos, porém isto não significa que todos os pertencentes ao primeiro grupo tenham sido anti-aristotélicos. Ainda mais, temos fortes razões para supor que o alvo principal da ira dos humanistas não eram tanto os grandes teólogos escolásticos do século XIII como Santo Alberto Magno ou Santo Tomás, mas aqueles escolásticos, professores da Faculdade de Artes, cujo ensino estava baseado nas *Summulae Logicales* de Pedro Hispano, obra em que estão apresentadas doutrinas típicas da lógica medieval como a doutrina da suposição (*de suppositio terminorum*). O fato é que a maioria dos humanistas rejeitou todo esse conjunto de problemas que formavam a chamada *Lógica nova*, e que não faziam parte do *corpus aristotélico*<sup>11</sup>.

Na sua dissertação, Leibniz se refere aos méritos de *Sobre os verdadeiros princípios* de Nizólio:

Agora bem, duas coisas me pareceram tornar Nizólio digno de ser editado: o método de expor e a época do autor. O primeiro porque é digno de um filósofo, a segunda porque o autor é digno de nossa época, naquela época em que viveu, meditações dessas natureza só vieram ao pensamento de espíritos muito sólidos e refinados. O método de expor que ele não apenas usa como também nele de forma constante insiste é considerado faz pouco tempo por homens ilustres, digno de que aos poucos seja reintroduzido nas Escolas à semelhança de alguém repatriado. Afirmo que o método de exposição é natural e próprio, simples e claro, e livre de toda distorção e artifício, fácil e popular, e extraído do meio popular, adequado à realidade das coisas, e ajudando antes com sua luz à memória do que confundindo o juízo com sutileza inútil (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 138).

Entretanto Leibniz aponta também os defeitos da obra. Para entender as críticas de Leibniz devemos lembrar que Nizólio pertencia àquele grupo dos humanistas anti-aristotélicos. Leibniz acusa Nizólio, no *Sobre o estilo*

---

<sup>11</sup> ONG, 2004, cap. IV e V.

*filosófico de Nizólio*, de ter cometido, no *Sobre os verdadeiros princípios*, vários erros dos quais agora referiremos dois: o primeiro, ter atribuído a Aristóteles os defeitos dos escolásticos ainda “que depois de tantos cuidados de homens muito sábios e de intérpretes diferentes da anterior barbárie, nada mais foi descoberto contra Aristóteles do que o seguinte: que Aristóteles é livre e inocente de toda aquela sandice pela qual os escolásticos são difamados” (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 155). Na sua dissertação Leibniz se mostra de acordo com aqueles autores que tentaram reconciliar a Filosofia de Aristóteles com a dos autores da Idade Moderna. Segundo o filósofo alemão:

Todos aqueles<sup>12</sup> que agora se deram ao trabalho de reconciliar Aristóteles com os autores mais recentes mostram de forma suficiente que Aristóteles esteve longe daqueles dogmas obscuros privados de qualquer compreensão (...), que ignorava de forma absoluta todas aquelas realidades formais e transmitiu somente noções muito gerais (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 155).

Quando Leibniz afirma que Aristóteles ignorava todas aquelas realidades formais se refere àquelas realidades que os escolásticos designaram com as palavras *haeccitas*, *hoccitas*, *quidditas*, etc. Esses neologismos tornam o discurso obscuro. No *Sobre os verdadeiros princípios*, Nizólio criticou o uso desse tipo de termos. A origem na Retórica antiga da preocupação de Nizólio com a clareza do discurso parece ser evidente. Nas *Institutio Oratoria* VIII, 2,24, Quintiliano nos diz que se deve cuidar não de que se possa entender algo, mas de que não se possa absolutamente entender nada<sup>13</sup>. Antes de Quintiliano, Aristóteles no livro III, parte I da *Retórica* se ocupou desse tema. Deve-se evitar, segundo o filósofo grego, o uso de nomes desusados, de neologismos e de nomes compostos, e usar preferencialmente nomes de uso comum (*kyriáonómata*).

Também Leibniz, em *Sobre o estilo filosófico de Nizólio*, se manifesta contrário a usar aqueles neologismos. Afirma que “devemos fugir dos termos

---

<sup>12</sup> Leibniz cita vários deles: Agostinho Nipho, Ângelo Mercenário, Alessandro e Francisco Piccolomini, Césare Crémonio, Marco Antônio Zimara, Simón Simônio, Jacó Zabarella, Francesco Vicomercato, entre os italianos. Fora de Itália, devem, segundo Leibniz, ser louvados os alemães por seus estudos sobre Aristóteles. Entre eles, Cornelius Martini, Jungius e Johannes Felden.

<sup>13</sup> *Quare, non ut intelligere possit, sed ne omnino possit non intelligere, curandum.*

técnicos como se fossem o pior cão e serpente, e principalmente devem ser evitados aqueles nomes dos predicamentos que estão muito longe da língua latina” (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 140). Além disso, Leibniz aponta para a esterilidade que resulta do uso daqueles termos, num trecho que resulta devastador para as pretensões intelectuais dos escolásticos do século XVII. Afirma que

antes que o incomparável Verulamio e outros homens esclarecidos reconduziram a Filosofia das suas divagações aéreas ou também do espaço imaginário para nossa terra e para proveito da vida, amiúde algum alquimista que sopra cinzas já teria tido conhecimentos mais sólidos e mais esclarecidos sobre a natureza das coisas do que algum mau filósofo (...) que se dedicasse durante todo o dia nos claustros ou a *haecceitas* ou ao *hoccitas* (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 143).

Assim, segundo Leibniz, toda vez que estejam disponíveis termos comuns devem ser evitados os termos técnicos. Essa é uma das regras fundamentais do estilo filosófico, contra a qual, na opinião de Leibniz, se lançaram frequentemente, sobretudo os metafísicos e os dialéticos. Também, para Leibniz, o próprio Aristóteles evitou usar os termos técnicos, preferindo usar termos comuns, pois os próprios termos gregos ὄσον, οἰόν, τά πρὸς τι pertencem mais à língua oral que seus correspondentes abstratos ποσότης, ποιότης, σχέσις ou se fosse permitido introduzir um neologismo, προσητινότης, fato do qual os escolásticos tentaram desculpá-lo como se fosse um erro grosseiro. Conclui Leibniz “(...) não descobri nunca nenhum uso dos termos abstratos na forma rigorosa do filosofar, mas muitos e grandes abusos e muito perigosos” (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 147). Entretanto, Leibniz reconhece que em disciplinas como a Matemática os termos técnicos são úteis pelo fato de aliviar a memória. Mas na Filosofia eles devem ser evitados. Não por questões de elegância, pois a elegância é secundária no discurso filosófico, mas porque os termos técnicos introduzem confusões e erros.

O segundo erro de Nizólio, apontado por Leibniz, é ter suprimido de forma total a Dialética e a Metafísica e ter pretendido substituir a primeira pela Oratória e a segunda pela Filosofia natural. Leibniz critica aqueles que, como o fizeram os seguidores de Ramus, determinam que a Oratória prescreva sobre como excitar emoções e a Retórica sobre a elegância da expressão, mutilando dessa forma o conteúdo dessa disciplina e reduzindo-a

a ser uma teoria das figuras de estilo (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 150). Leibniz aqui se mantém fiel à concepção aristotélica da Retórica, que une a elocução, a manipulação das paixões dos ouvintes e a lógica do discurso dentro de uma mesma arte que tem como finalidade a construção do discurso persuasivo. Mas mesmo mantendo a unidade da Retórica aristotélica, o fato é que não podemos confundir essa disciplina com a Dialética como, segundo Leibniz, fez Nizólio. No *Sobre o estilo filosófico de Nizólio*, Leibniz acusa o humanista italiano de ter cometido esse erro, assinalando que no *Sobre os verdadeiros princípios* “não outra coisa está contida senão certa Lógica reformada e referida ao próprio e puro método de discursar” (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 137)<sup>14</sup>. Para entender essa acusação devemos nos lembrar que, como já dissemos, nos séculos XVI e XVII muitos autores entendiam as palavras “Dialética” e “Lógica” como sinônimas, pelo fato de que sob o nome Dialética se compreendia tudo aquilo do que Aristóteles se ocupara no *Organon*. Também se deve lembrar que a Dialética já tinha sido definida por Cícero no *De Oratore ii*, 38, como a arte de discursar bem e de distinguir as coisas verdadeiras das falsas<sup>15</sup>.

Leibniz se manifesta favorável a dar à Lógica, que também ele não distingue claramente da Dialética, um lugar diferente daquele da Retórica, atribuindo a confusão entre as diferentes ciências ao fato de que os humanistas, devido à influência de Cícero, adotaram a divisão estoica do conhecimento humano em apenas três ciências: Lógica, Física e Ética. Para Leibniz a Lógica deve ser separada da Retórica. Resta ver como ele caracterizava a Lógica. Segundo o filósofo alemão:

Só resta tratar da verdade, mas é próprio do lógico tratar das regras relativas ao método para reuni-la e confirmá-la, sobre a arte de buscá-la e julgá-la, de modo que, porém, aquele fica de forma surpreendente aliviado da carga, aliás necessária, de investigar demoradamente todas as coisas por meio da aprimorada clareza das palavras e de discutir tudo (LEIBNIZ, 1978, vol. IV, p. 150).

---

<sup>14</sup> *Nihil aliud enim toto opere, quam Logica quaedam reformata et ad puram propriamque loquendi rationem revocata continetur (...).*

<sup>15</sup> *Dialectica est ars bene disserendi et vera ac falsa diiudicandi.*

Leibniz caracteriza a Lógica de um lado como uma *ars inveniendi* (arte de encontrar a verdade) e de outro lado como uma *ars judicandi* (arte de julgá-la). Essa concepção da Lógica, adotada por muitos autores da Idade Moderna, é muito diferente da concepção aristotélica e da medieval, as quais se encontram mais próximas da forma contemporânea de entender essa disciplina. Pois para nós hoje a Lógica é uma teoria formal sobre a inferência dedutiva válida que exclui o estudo das inferências abductivas e heurísticas. O fato é que a concepção da Lógica como *ars inveniendi* e *ars judicandi* domina na Renascença, época que experimentou uma grande influência de Cícero. Como vimos essa forma de entender a Lógica teve sua origem na leitura e interpretação dos *Tópicos* de Cícero. Mereceria uma investigação mais aprofundada determinar até que ponto essa influência de Cícero determinou que a Lógica devesse incluir também a parte da Retórica que se chamava de invenção (*inventio*). As duas primeiras partes da Retórica antiga eram a invenção e a disposição. A primeira tinha como objetivo encontrar os argumentos para defender uma causa, a segunda, colocá-los de forma a persuadir a audiência. Ao par retórico (invenção, disposição) parece corresponder na Idade Moderna o par lógico (*ars inveniendi*, *ars judicandi*).

Por último, nos referiremos à crítica de Leibniz aos erros de Nizólio a respeito da natureza dos termos universais. A discussão versa sobre a interpretação das expressões do tipo “todo homem”, “toda cabeça de gado” etc. Nizólio entende que essas expressões se referem a um todo considerado coletivamente. O universal não seria nada mais do que todos os seres singulares tomados ao mesmo tempo em conjunto. Mas se os universais não são outra coisa do que coleções de entes singulares, não haveria nenhuma ciência por demonstração, mas só indução. Mas através desse método nunca se pode justificar proposições universais.

O erro de Nizólio consiste em tomar expressões como “todo homem” em sentido coletivo e não em sentido distributivo. Nesse último sentido, dizer que “todo homem é animal” é dizer que se consideramos este homem, Mário, e este outro, Túlio, veremos que são animais. Em contraposição, se aceitarmos a interpretação de Nizólio, chegaríamos a absurdos. Pois suponhamos que “todo homem” signifique “todo o gênero humano”. Logo “todo homem é animal” significará o mesmo que “todo o gênero humano é animal”, que é uma proposição absurda. O mesmo aconteceria se interpretamos “todas as cabeças de gado que aqui estão pastando são ovelhas” como “todo o rebanho é uma ovelha”.

O texto de Nizólio é um pretexto para que Leibniz apresente suas próprias concepções. Os historiadores da filosofia moderna outorgam importância a *Sobre o estilo filosófico de Nizólio* pela crítica que Leibniz faz nesse texto aos erros de Nizólio a respeito da natureza dos universais. Mas essa obra apresenta também, além de reflexões sobre o problema lógico-linguístico dos universais, outras cujo tema é o estilo que deve ter o discurso filosófico. Através da crítica leibniziana ao texto de Nizólio vemos como Leibniz concebia nessa obra de juventude as relações entre Lógica, Retórica e argumentação filosófica e quais traços distinguiam sua concepção sobre a relação entre essas disciplinas das sustentadas pelos humanistas da época de Nizólio.

### Nossa edição

A presente tradução foi feita a partir do Volume IV da edição Gerhardt dos *Philosophische Schriften* de Leibniz, p. 128-162.

### Referências

- ARISTÓTELES. *Les Premiers Analytiques*. Paris: Vrin, 1983.  
\_\_\_\_\_. *Les Seconds Analytiques* Paris: Vrin, 1979.  
\_\_\_\_\_. *Les Topiques*. Paris:Vrin, 1984.  
\_\_\_\_\_. *Tópicos; Dos argumentos sofisticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.  
\_\_\_\_\_. *Retórica*. Tradução de Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1994.  
ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l' art de penser*. Paris: Flammarion, 1970.  
BERTI, E. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1998.  
CICÉRON. *Divisions de l' art oratoire. Topiques*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.  
HOBBS, T. *Sobre o corpo. Parte I: Computação ou Lógica*. Tradução e notas de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2005.  
KNEALE, W. e KNEALE, M. *El desarrollo de la lógica*. Madrid: Tecnos, 1980.  
LEIBNIZ, G. W. *Die philosophischen Schriften*. Edição de C. I. Gerhardt. 7 vols; reimpressão Hildesheim: Georg Olms, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nuevos ensayos sobre el entendimiento humano*. Tradução espanhola de J. Echeverria Ezponda. Madrid: Editora Nacional, 1977.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ONG, W. J. Ramus. *Method and the Decay of Dialogue*. Cambridge: MA, Harvard UP, 1958.

PASCAL, B. *L'esprit de la Géométrie*. Paris: Bordas, 1986.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RISSE, W. *Die Logik der Neuzeit*. Stuttgart-Bad Cannstatt, Frommann-Holzboog, 1964.

TODOROV, T. *Teorias do símbolo*. Campinas: Papyrus, 1996.

SOBRE OS VERDADEIROS PRINCÍPIOS E O MÉTODO VERDADEIRO DE FILOSOFAR  
CONTRA OS PSEUDO-FILÓSOFOS DE MARIO NIZÓLIO<sup>16</sup>

Quatro livros

Para o ilustríssimo Barão A Boineburg

do editor G.G.L.L

que contém uma dissertação sobre o plano da obra e sobre a melhor forma de expressão do filósofo, uma carta sobre os comentaristas que estão de acordo com Aristóteles, mais notas e observações à margem, para ajudar na compreensão do texto.

FRANKFURT

1670

DEDICATÓRIA AO BARÃO BOINEBURG<sup>17</sup>

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

As leis romanas tornavam ridículo o testador que lega ao senhor uma propriedade deste último. O que será de mim que dedico para ti<sup>18</sup> uma obra tua, acrescida de nada mais do que pequenos retalhos de pano para ornamento, a menos que a ti te agrade incluir entre as coisas que chamam de melhoramentos também acréscimos, alguma coisa, seja o que for, construída, porém com tua orientação, sobre essa base?

Estás recebendo na verdade um livro mais volumoso e, oxalá, também melhor. Parecia, contudo necessário abrandar algumas afirmações mais duras. Que nem mesmo o próprio Nizólio deseje que se considere a outro senão a

---

<sup>16</sup> Este era o título da edição de 1670.

<sup>17</sup> Esta dedicatória acompanhava a edição de 1670.

<sup>18</sup> Conservamos o tratamento da segunda pessoa do singular.

ti, ele que foi tirado de uma longa miséria, de um cárcere que durou muito, foi redivivo por teu favor, triunfante unicamente por teu parecer. Tem nele uma boa dose de sutileza, muita eloquência digna de um filósofo, excesso de liberdade a qual nós também corrigimos em algumas linhas. Houve para mim uma razão muito forte de colocar teu ilustre nome acima de Nizólio que deve tudo a ti, além dos teus favores, os quais não quero diminuir com uma leve menção: advertir a posterioridade, por meio de teu exemplo, que nosso século não foi tão estéril que não restem grandes homens pela sua linhagem e pelos seus atos, os que além da preocupação com a política, também se destacaram pelo admirável emprego das belas letras e ainda sendo tocados pelas adversidades provocaram vergonha naqueles mesmos que consumiram toda sua vida nesses estudos. De resto, ilustríssimo senhor, recebe este presente de bom ânimo, favorece aquele que o entrega, conserva-te bem e vive por longo tempo para o bem público.

#### DISSERTAÇÃO PRELIMINAR

**Sobre a publicação de obras alheias, sobre o escopo da obra, sobre o estilo filosófico, sobre os erros de Nizólio.**

#### I. A EDIÇÃO DE OBRAS ALHEIAS<sup>19</sup>

Citar escritos alheios, leitor benévolo, é gesto humilde e desprezioso, e parece ser algo censurado por aqueles que, sendo por si de pouco talento, colocam acima dos outros seu espírito elevado ou opinião, e que têm o costume de debochar estrondosamente dos escritos alheios, unguindo seus nomes com ornamentos, coisa que já outrora o grande Constantino lançava contra Trajano que, em toda parte e por todas as velhas ruínas, espalhou seu nome.

Mas com certeza pouco me interessam essas coisas, estando em parte amparado pelo exemplo de homens ilustres, em parte também pouco preocupado se entre aqueles críticos não sou considerado talentoso, pois me basta ao menos ter obtido o louvor pelo estudo e a benevolência. Não se tolera reunir por longo tempo exemplo de homens egrégios, mesmo que os

---

<sup>19</sup> As divisões que colocamos com números romanos não estão no texto original de Leibniz. Foram acrescentadas para facilitar a leitura.

próprios teólogos julguem que os escritores santos tanto retocaram quanto citaram as crônicas dos que os precederam, e mesmo que Josué continuasse a Moisés, Samuel a Josué, Esdras a Samuel e aos profetas. Entre os gregos Xenofonte é celebrado pela sua honestidade porque citou as *Histórias* de Tucídides, pois, de modo diferente do que se diz de Aristóteles, que foi vítima da hostilidade de alguns por ter suprimido os vestígios dos filósofos precedentes, poderia tê-las omitido, a fim de ser louvado sozinho, ou reclamá-las para si.

Entre os romanos, o imperador Adriano foi admiravelmente cuidadoso ao resgatar a vida dos antigos: ele não apenas colecionava diligentemente textos, mas também examinava suas imagens nas estátuas e nas pinturas encontradas que estavam deterioradas pela sua velhice, e, para que não sofressem de novo dano do tempo, cunhava moedas omitindo sua própria imagem, estimando menos a majestade do seu título que o afeto pelos antigos. Daí por que junto aos eruditos se fortaleceu a opinião corrente de que as moedas que agora se encontram aqui e ali, impressas com as imagens de Cimon, de Milcíades, de Platão, de Aristóteles e de outros antigos heróis ou sábios devem ser atribuídas a Adriano, como é aceito. Mas deixemos de lado as coisas antigas. No século passado e também no nosso foi uma das mais importantes preocupações dos eruditos trazerem à tona coisas do passado. Não apenas se trabalhou sobre os antigos, sobre os quais se debruçaram, além de outros, aqueles que agora são chamados críticos pelo vulgo, mas também foi dedicado cuidado aos escritores medievais, dos quais o teólogo Marguerin de la Bigne, reuniu grande parte na *Biblioteca dos Padres*, acrescentando muitos suplementos, favorecendo-se com os textos de Canísio, Gretser, Sirmond, Denis Petau<sup>20</sup>, Cambefisio, Allacci, Chifflet, Possino, Holstein, Marca Labbe (ora entre os bizantinos, ora em outra parte), Cossart, D'Achéry, Lorenz Sauer<sup>21</sup>, Rosweyde, Bolland, Henschen e Papenbroch, compiladores da *Biblioteca de textos ascéticos dos Padres*, publicados pelo zelo dos Beneditinos e de muitos outros.

Seja quem for, prestou grandes serviços a respeito dos juriconsultos medievais, aquele por cujo zelo apareceram juntamente publicados tantos escritos desses, no *Oceano do direito*, e nos volumes dos tratados oriundos a partir dele ou, como posteriormente foram designados, *Tratado dos tratados*,

---

<sup>20</sup> Petavius no original latino.

<sup>21</sup> Surius no original latino.

os quais, de outro modo, há muito tempo se teriam perdido. Certamente é de lamentar que quem tanto cuidou para outros da notoriedade do nome, se tenha calado sobre si mesmo, já que nada mais laborioso pode ser pensado e nada mais exato pode ser desejado do que essa grande lista, elaborada em tantos volumes. O mesmo pode ser dito dos volumes reunidos dos Repetentes.

Mas esperamos ver editado quanto antes o *Digesto de direito feudal* de Antônio de Pratto, o velho, ao cuidado do mui erudito cidadão Érico Maurício, obra ilustre feita por ordem imperial, realizada pela Universidade de Bolonha; porém eu não sei como ela esteve desaparecida das mãos dos homens, procurada por tanto tempo em vão, tanto por Goldast quanto por Rigault, e que encontrou agora outro não indigno editor. E que não sejam diminuídos no futuro os cuidados em reunir histórias medievais de Schardio, Pistoris, Reuber, Wurtisen, Meibom, Reiner, dos Limderborg, Goldast, Freher, Bongars, Tillet, dos Pithou, dos Puteanos<sup>22</sup>, Teodoro e também Dionísio, o mais jovem dos Godofredos, de Du Chesne, dos Sammarthanos<sup>23</sup>, Selden, Spelman, Dugdale, e aqueles autores que esperamos de Lambeck e Gamans.

Mas haverá quiçá pessoas que contestem que uma coisa são os escritos imortais dos antigos ou também conservar documentos da Idade Média, outra é espalhar as frivolidades de autores mais modernos por um mundo já repleto de tais coisas. Esses de fato têm opiniões de muito menosprezo a respeito dos talentos deste tempo e nem pensam que haverá uma época em que as nossas coisas serão velhas. Quem ignora quanto esforço gastou o imperador Rodolfo para reunir e revisar as obras de Teofrasto Paracelso? Outrora Johannes Kepler e agora Albert Curtius deram conhecer ao público por meio de um projeto louvável o legado científico de Tycho Brahe.

Freher deu ao público muitos escritos históricos de Tritthenheim e Buys fez o mesmo com os textos ascéticos. O próprio Freher deu a conhecer a Humbert Thomas Leodio. Otto Brunfels e Cochlaeo divulgaram textos dos hussitas<sup>24</sup>. Edmundo Mercier, Isaac Gruter e Granswinkel, todos eles, sem

---

<sup>22</sup> São eles Hendrik van der Putte e Pierre Dupuy.

<sup>23</sup> de Sainte Marthe.

<sup>24</sup> Alusão a João Huss, reformador religioso.

exceção, homens ilustres expuseram as obras de Grócio<sup>25</sup>. Pelo devido zelo de Isaac Vossio chegaram a nós algumas obras de Herbert, como também as obras do já citado Gruter e a maioria das obras de Bacon de Verulamio. Deve-se a Marco Antônio de Dominis a *História da escravidão do irmão Paulo*, Blondel e Gronovio contribuíram, após a morte de Edmundo Aubertin, no parto da obra escrita em latim por ele *Sobre a Eucaristia*. Blondel fez a mesma coisa com certos textos de Daillé. Assim também Montague com escritos do rei Jaime (Jacó) de Inglaterra, e também com opúsculos de Laud, e também de Courcelles, e Pollenburg com Bisschop, Pieruccio com as obras de Schoppe, des Cordes com as de Cassander e outros com outras. Agora são tornados públicos, através de Isaac Vossio, alguns fragmentos de Scaliger, de du Perron, de Thou e, coisa que esperamos, textos de muitos outros, conservados pelos Irmãos Puteanos. Gronovio e Graevio reuniram as cartas de Casaubon, Clemens as de de Saumais, o próprio Isaac Gruter as de Grócio, Goldast obras filológicas de vários autores. Peucer, Pezelio e Manlio editaram as de Melanchton, e faz pouco, Thomasio as obras de Camerario e de Manutio; Schluselburg, Heinsio, Bertio, Gabbema e Poelenburg publicaram textos teológicos. Mencionar todas essas coisas é tarefa interminável.

Contudo, poderão aparecer alguns que aleguem o seguinte: quiçá pode-se justificar dar a conhecer obras inéditas, mas parecer acrescentar uma matéria ultrapassada a uma obra depreciada não é apenas um esforço inútil, mas também danoso para o público. Esse é o último aríete que eles movem, e se o conseguimos rejeitar então estará suficientemente justificada a edição do trabalho dos outros. Mas não é necessário grande esforço, quando não pode ser negado que existem coisas impressas ou difundidas pela fama, ou eliminadas em razão do ódio ou desprezo dessas mesmas coisas, às vezes junto a manuscritos raros<sup>26</sup>.

Sem dúvida, não temo que alguém diga que a obra de Nizólio que agora apresento já está faz tempo nas mãos de muitos. Não o afirmo tanto em relação a mim, a fim de que não pareça eu julgar os outros a partir de meus conhecimentos literários que são poucos, quanto em relação a cidadãos

---

<sup>25</sup> Hugo Grócio foi um jurista do holandês do século XVII, teórico do jusnaturalismo. Autor do famoso texto *De jure belli ac pacis* (o direito de guerra e de paz), considerado o documento fundador do direito natural moderno e do direito internacional.

<sup>26</sup> São os palimpsestos, manuscritos que eram apagados para escrever sobre eles outros textos.

muito cultos e de muita autoridade nesse gênero de estudos, os quais afirmaram que nunca ou raramente aquela obra chamou a atenção deles. Por essa razão não considero que alguém que seja prudente transforme em defeito meu no aquilo que nos outros escritores é aprovado ali e acolá.

Com certeza aqueles eruditos ingleses, que tantos trabalhos alheios sobre a Sagrada Escritura reuniram numa única edição crítica, colheram a aprovação de todos. Johannes Fichard, jurisconsulto de Frankfurt, dedicava-se muito para que se apressasse a edição de textos de jurisconsultos eminentes, editados na Itália e na Espanha, e difíceis de encontrar na Alemanha. O médico Lorenz Strauss fez uma obra de valor com a edição do *Teatro Simpatético* e com a separação de opúsculos sobre várias coisas que estavam unidas com ele<sup>27</sup>. Quem não louva a Imprensa Real de Paris, aos Elzevires<sup>28</sup> e aos Blavios<sup>29</sup>, que colocaram à luz do dia tantos documentos admiráveis que de outra forma estariam ocultos nas Bibliotecas, usando ou suas informações, histórias, ou memórias ou documentos de Estado ou referentes ao Oceano Atlântico?. Igual foi o objetivo dos editores do *Velocino Dourado*, da *Arte Aurífera*, e do *Teatro Químico*, o que com satisfação apreciam aqueles que, dedicados a esses estudos, buscando e descrevendo muitas coisas consideradas sagradas, as quais agora podem ser obtidas com facilidade, são aliviados de um ônus muito grande. Os estudiosos da Antiguidade deveriam dar graças eternas a Jano Gruter, que embora não nos tivesse dado nada de sua própria autoria, nos dera trabalhos reunidos muito úteis de outros tanto na *Tocha crítica* quanto na *Crônica política das crônicas* (em que ocultou seu nome sob o pseudônimo de Gaultier, o belga, com desnecessária modéstia).

Mas passemos da coleção de diversas obras numa só para as obras autênticas ou para os textos já examinados de determinados autores: Vorburg fez Blondel ressoar; Hortleder, já em outra época, deu a conhecer a obra de Onófrío *Sobre os comícios*, e pouco depois o muito erudito<sup>30</sup> Lambeck a publicará com um suplemento. Grócio “porque os escritos verazes de Casander se encontravam passados a limpo graças a Cordesio por essas

---

<sup>27</sup> Nessa obra Strauss se propõe mostrar sem o auxílio de qualidades ocultas, alma do mundo ou espíritos astrais diversas ações de atração (*sympathia*) e ocasiões propícias para o uso dos pós simpatéticos. Strauss foi um médico autor de obras sobre a geração do homem, e sobre anatomia. Escreveu também uma obra sobre a imortalidade da alma: *Demonstratio immortalitatis animae rationalis sive Tractatus duo philosophici*.

<sup>28</sup> Daniel e Peter Elzevier.

<sup>29</sup> Os Baleu.

<sup>30</sup> No texto original em grego, πολυμασθέσασος que traduzimos por “muito erudito”.

boas coisas”. Segundo ouço, Malinkcrot decidira revisar as obras de Erasmo, escoimá-las e defendê-las. Nihus mandou à imprensa de Batávia as obras de Allaci e Niceo. Gassendi o fez com alguns textos de Galileu; Bernegger o fez com textos do próprio Galileu que tratam sobre o círculo proporcional. Assim esses dois homens, não apenas versados no campo da Matemática, mas em todas as áreas do saber, um na Alemanha, outro na França, deram roupas novas a essas obras. O muito douto Johannes Andreas Bose editou a *Sinopse da política de Leipzig* do já citado Bernegger. O mesmo fez Schook com Clapmaier. Jakob Thomasio, cidadão de sólida erudição, fez que Wouwer fosse inocentado do crime de plágio que lhe era imputado. Finalmente Boeckler, muito famoso em razão de seu grande mérito, editou a obra *Sobre o direito natural e das pessoas* de Selden (além disso, editará muito em breve a obra de Eneas Sívio sobre Federico III). Nem Francisco Mercúrio Helmont, com todo seu talento, julgou indigno tornar Octávio Pisani mais conhecido no mundo. Jakob, também conhecido como Masenio, editou os *Anais de Trier* de Brower que estão no prelo. Principalmente entre os alemães, Hermann Conring<sup>31</sup>, entre os franceses Gabriel Naudé, ambos médicos e ambos detentores de vastos e profundos conhecimentos, recolheram produções de outros, quase abandonadas e perdidas. Naudé editou as obras de Cardano e de Campanella; Conring, as do mesmo Naudé e as de Schopp, Maquiavel, Hopper, Chiaramonti, Starowolski, Cassander, Witzel e Viotti. Julgo que pouco devo temer que eu caia na vergonha e no vitupério, aos olhos de tantos culpáveis da mesma falta.

## II. A ORIGEM E O ESCOPO DA OBRA

Agora temos de abordar o próprio autor que editaremos e o assunto de que ele trata. O mundo erudito, creio, teria ignorado quase completamente a Mário Nizólío de Bréscia, se ele não se tivesse tornado

---

<sup>31</sup> Hermann Conring foi um médico, político e naturalista. Foi defensor da teoria de Harvey sobre a circulação do sangue. Aristotélico que valorizava a experiência opôs-se à tradição hermética e cabalística que vigorou na Renascença. Teve uma abundante correspondência com Leibniz na qual os dois discutiram tópicos jurídicos, médicos, teológicos, epistemológicos e de Filosofia natural. Conring objetou a noção leibniziana de demonstração como uma cadeia que progride através da substituição do *definiendum* pelo *definiens*. Também divergiram sobre a concepção da natureza. Enquanto Conring aceitava um reducionismo matemático de tipo mecanicista, afirmando que todas as propriedades dos corpos são quantidades, Leibniz reconhecia na natureza aspectos qualitativos.

famoso com os seus trabalhos de Gramática, a respeito dos quais cabe bem aquele verso de Virgílio relativo às abelhas

*Obra ténue, mas a glória não é ténue*<sup>32</sup>.

Mas muitas vezes acontece que doutos cidadãos obtenham principalmente fama sobretudo com aquelas obras das quais menos a esperavam. Pois quem duvidaria que Nizólio aguardava para si mais fama pela *Reforma da Filosofia*, obra na qual ele sentiu prazer em trabalhar, do que por aquelas chamadas *Concordâncias Ciceronianas*? E, contudo, enquanto o *Índice ciceroniano* permanece e permanecerá tanto como o próprio Cícero, a filosofia de Nizólio com dificuldade escapou da asfixia, na sua origem. Não ignoro a indignação de Maioragio e de Grifolo por ocasião do litígio que Calcagnini tinha promovido contra *Os Deveres* de Cícero, como também que Henri Stephano foi pouco justo com Nizólio, seu mestre ou conselheiro, como afirmou, no *Diálogo dos ciceronianos nizolianos*, além de ser este último menosprezado com muita arrogância a cada passo pelos críticos. Mas uma causa particular abalou Henri Stephano: que com a obra de Nizólio se reduziu muito a importância do *Tesouro da língua latina*, obra do seu pai Robert Stephano. E acredito também que se tivessem vivido nos tempos de Nizólio pensariam de outra maneira aqueles outros cidadãos, os quais, mesmo muitos doutos, o tratam com desprezo. De outro modo, totalmente diverso, julgou Célio Segundo Cúrio, indivíduo de grande destaque que se encarregou de fazer com o consentimento e a participação do próprio Nizólio a ampliação e a revisão do *Índice Ciceroniano*. À mesma tarefa se entregaram Basílio Zanchio e Marcelo Squarzialupo e também Jakob Keller Augustano.

Mas parece que Nizólio chegou às meditações filosóficas através dessa mesma leitura diligente de Cícero: ele percebeu que tinham sido tratados por Cícero certos tópicos muito precisos da Filosofia, sobre os deuses, o destino e a adivinhação, os fins das coisas, sobre a arte de disputar, de descobrir e de julgar, sobre todas as funções do Estado e sobre os deveres da vida humana, ao mesmo tempo de forma tão cuidadosa e em um latim tão correto e com um estilo tão aprimorado que eu não poderia dizer nada com mais elegância

---

<sup>32</sup> O adjetivo “ténue” tem em português os significados de delgado, sutil, débil e frágil, que aparecem também no adjetivo latino *tenuis-tenuē*. O verso de Virgílio se encontra nas *Geórgicas*, Livro IV, 6.

e riqueza. Nosso Nizólíio, homem perspicaz e bom, não apenas começou a desdenhar com razão, o modo infeliz dos Escolásticos de discutir as questões, que continha muitas obscuridades e poucas coisas úteis e absolutamente nada de elegância; também tomou coragem tanto para expor publicamente este seu pensamento quanto suas reflexões para confirmá-lo, nessa época marcada pelo destino da restauração das artes<sup>33</sup>. E se esforçou nos seus escritos para escapar de tais defeitos e, pode-se acreditar, tendo ocasião, o aconselhou de palavra. Mas parece que foi levado a ocupar-se desse legítimo trabalho pela seguinte circunstância: Célio Calcagnini escrevera disputações ou disquisições editadas em Basileia na imprensa de Frobênio, no ano 44 do século anterior, nas quais criticava um tanto livremente *Os deveres* de Cícero. Imediatamente esse fato desagradou admiradores de Cícero, homens cultos, entre os quais, Jacó Grifolo, pela editora Aldo de Roma, e Marco Antônio Maioraggio, em Milão, divulgaram uma apologia de Cícero. Mas intervindo, Nizólíio assumiu a tarefa de censurá-los, a Célio porque atacara Cícero e a Maioraggio porque pensara que Cícero e Aristóteles podiam ser defendidos os dois juntos. Aquele texto de Nizólíio tanto foi impresso separadamente quanto também anexado in folio à edição de 1554, feita em Veneza, dos *Deveres* de Cícero, sob o título de *Defesa de alguns tópicos de Cícero*. Também Joachim Camerario e Jerônimo Wolff se ocuparam de partes das obras de Cícero da mesma forma, que, faz pouco, o distinto Samuel Rachel se dedicou com louvável esforço a explicar a Filosofia moral de Cícero. Na verdade, Maioraggio não suportou ser atacado por Nizólíio, mais indignado pela provocação do que pela pequenez da ofensa, tendo sido ele incitado por Octavio Ferrari, peripatético célebre e erudito, que era adversário de Nizólíio e que não podia tolerar aquela liberdade de opinar sobre Aristóteles. Maioraggio, confiante devido aos auxílios recebidos, escreveu com muita dureza dois livros de objeções contra Mário Nizólíio, nos quais apareceu a recusa de todas aquelas coisas que Nizólíio anotou como mal apresentadas nas soluções do mesmo Maioraggio. Finalmente, assim coagido, Nizólíio, tendo retomado todo o assunto para um exame mais minucioso, publicou os

---

<sup>33</sup> Na época de Leibniz a palavra "artes" designava, sobretudo, as sete artes liberais e não as artes plásticas ou a Poética. As artes liberais se dividiam em dois grupos: primeiro, as que se ocupavam com a ordem e a medida; segundo, as que tratavam da linguagem. No primeiro grupo se encontravam a Astronomia, a Música, a Geometria e a Aritmética. No segundo, a Gramática, a Retórica e a Dialética. Falava-se também das artes mecânicas como as da construção de navios, máquinas de guerras e instrumentos de óptica.

quatro livros sobre os verdadeiros princípios e método do filosofar, nos quais não apenas tornou públicas aquelas suas afirmações censuradas outrora por Ferrario e Maioraggio, antes que elas tivessem sido suficientemente defendidas, mas também as defendeu com uma obra fundamentada e feita de propósito. Entretanto se lembra de Maioraggio apenas no prefácio e também no capítulo 6 do livro IV onde defende a ideia de que a *Ética a Nicômacos* não é obra de Aristóteles dedicada a Nicômacos, mas seria do próprio Nicômacos, provocando certamente uma polêmica inútil e se obrigando a explicar melhor aquela afirmação.

O título daquela obra de Nizólío está nessa edição, de onde reproduzimos este novo: *Quatro livros de Mário Nizólío de Bréscia sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar contra os pseudo-filósofos, nos quais com firmeza são estabelecidos todos os verdadeiros princípios das verdadeiras artes e ciências, tendo sido refutados e rejeitados quase todos os princípios falsos dos Dialéticos e Metafísicos e, além disso, se refutam quase todas as objeções de Marco Antônio Maioraggio contra o mesmo Nizólío, publicadas até o dia de hoje*. Parma, editora Septimo Viotto 1553, em 4to.

De minha parte ignoro se Nizólío teria contribuído com algo mais à Filosofia. Cheguei a saber o seguinte: que traduziu a explicação de Galeno<sup>34</sup> dos termos de Hipócrates que tinham deixado de ser usados. O livro revisado por ele, foi editado em Veneza por Juntis com as obras de Galeno, no ano de 1550. Existiu também outro Nizólío em Parma, quiçá parente do nosso, de profissão jurisconsulto, cujas alegações jurídicas sobre a enfiteuse aparecem editadas em Parma, pela editora Brudon no ano de 1603, em 4to. Por outra parte, essas coisas decerto se apresentaram para objetar ao nosso autor ser um curioso<sup>35</sup>, a quem coube a mesma sorte que a Lourenço Valla, a quem o nome de Gramático prejudicou e fez que não pudesse tocar muito o espírito dos homens. O mesmo já foi objetado por ignorantes contra Pedro Abelardo, como também contra Ângelo Poliziano, Luís Vives, Erasmo, Andrea Alciato e também ao próprio Jacques Cujas, e mais recentemente a De Saumaise e a Grócio. Maximiliano van der Sandt reuniu muitas críticas desse tipo contra

---

<sup>34</sup> Galeno (Pérgamo c. 131 - Roma c. 201) foi um médico grego, um dos mais renomados da Antiguidade clássica. Ele deu origem a uma importante tradição metodológica da Renascença que se inspirou no prólogo de sua obra *A arte médica*. Nele Galeno dissertou sobre a análise, a síntese, a divisão e a definição. Ver: ONG, 2004, p. 232-236.

<sup>35</sup> No sentido de ser um dileitante.

os gramáticos, mesmo que por sua formação e por sua profissão fosse gramatiquíssimo<sup>36</sup>. Ainda que essas coisas sejam reveladas falsas, e na verdade nenhum deles seja mais gramático do que aqueles que sob o respeitável nome de Filosofia tecem perpétuas lutas de palavras, a fim de que não possam elas ser entendidas atualmente pelo vulgo de forma satisfatória.

Mas parece que também se opôs ao progresso de Nizólio o fato de ter escrito na Itália, onde também agora reina Aristóteles com os Escolásticos que lhe são mais favoráveis. É por demais sabido o que aconteceu a Francesco Patrizzi, a Cardano, a Galileu, a seu apologista Campanella, ao próprio Giovanni Francesco Pico, para que mereça ser referido. Acrescenta-se a natureza daquele século, no qual a verdade começava apenas a se mostrar como por fendas e a emitir certas faíscas como pequenas tochas que entre as manchas solares às vezes surgem e como cinzas que sobrevoam com a fumaça. Na nossa época a luz é maior e também é pelo menos admitido que Aristóteles possa ter errado.

É hora de abordar o tema da obra: pois bem, ele a intitulou *Sobre os verdadeiros princípios e o verdadeiro método de filosofar* que é, confesso, mais grandioso do que é adequado. Pois em toda a obra outra coisa não está contida do que certa Lógica reformada e referida ao próprio e puro método de discursar que, se eu fosse o autor, certamente seria o verdadeiro título do livro; mas não quis ser esperto ao mudar as coisas dos outros de forma intempestiva. De forma desordenada envereda na Metafísica, porém não anuncia qualquer coisa que abale os princípios dessa disciplina a não ser aquelas aparentadas às dos dialéticos, nem em parte alguma se ocupa do uno e do múltiplo, do todo e da parte, do idêntico e do diverso, do necessário e do contingente, da causa e do efeito, do movimento e da duração, e do tratamento dos outros tópicos da Metafísica. Não há nenhuma menção das questões da Natureza e das Matemáticas; os temas da Ciência Política são tocados com muita superficialidade.

Assim, por conseguinte, não encontrei nenhuma justificação desse magnífico título a não ser uma: que a verdadeira Lógica não é apenas um instrumento, como também contém de algum modo os princípios e o verdadeiro método do filosofar porque se ocupa daquelas regras gerais a partir das quais podem ser distinguidas as coisas falsas das verdadeiras, e podem ser demonstradas todas as conclusões, usando só as definições e os

---

<sup>36</sup> Γραμματικώτατος em grego, no original.

experimentos. Mas admitamos que aqueles não sejam também princípios da Filosofia nem das mesmas proposições, e que não produzam a verdade das coisas, mas a mostrem: porém farão o filósofo e serão princípios do filosofar correto, o que é suficiente para defender Nizólio.

### III. A UTILIDADE DA OBRA DE NIZÓLIO

Dividiremos o que resta do prefácio de tal modo que dissertemos em primeiro lugar sobre a utilidade daquelas coisas que corretamente foram discutidas por Nizólio, e depois sobre alguns dos seus erros e digressões. A utilidade das meditações nizolianas contém também a finalidade de sua nova edição, de modo que seja necessário ocupar-se mais acuradamente com essa parte. Pois bem, duas coisas me pareceram tornar Nizólio digno de ser editado: o método de expor e a época do autor. O primeiro porque é digno de um filósofo, a segunda porque o autor é digno de nossa época; naquele tempo em que viveu, meditações dessa natureza só vieram ao pensamento de espíritos muito sólidos e refinados. O método de expor que ele não apenas usa como também nele de forma constante insiste foi considerado faz pouco tempo, por homens ilustres, digno de aos poucos ser reintroduzido nas Escolas à semelhança de alguém repatriado. Afirmo que o método de exposição é natural e próprio, simples e claro, e livre de toda distorção e artifício, fácil e popular, tomado do uso comum, adequado à realidade das coisas, e ajudando à memória mais com sua luz do que confundindo o juízo com sutileza inútil. Mas devemos nos esforçar aqui para não cair no erro que criticamos, isto é, um modo de expressão grandioso, exagerado e metafórico.

Parecem-me ser três em geral as qualidades positivas do discurso<sup>37</sup>: clareza, verdade e elegância. Pois há utilidade muito grande nessas mesmas coisas. Claro é aquilo que é bem compreendido, por conseguinte, claro é aquele discurso no qual os significados das palavras são compreendidos por aquele que presta atenção. Verdadeiro é o discurso cujo significado será percebido por aquele que ouve e esteja razoavelmente disposto (pois o intelecto é a medida da clareza, e a sensação, da verdade); e a mais verdadeira definição da verdade, que é única, malgrado tudo o que até agora tenha sido dito, é essa e pela qual todas as normas para julgar retamente podem ser

---

<sup>37</sup> Leibniz usa a palavra *oratio* que traduziremos às vezes como discurso e outras como oração, segundo o contexto.

demonstradas. Mas fica para outro lugar expor isso. Como exemplo diremos apenas o que segue. Esta oração “Roma está situada junto ao rio Tibre” é verdadeira porque para entender o que ela diz, não se requer nada mais do que aquele que a compreende seja medianamente dotado, e certamente que não seja cego, nem surdo, e que sua demora em compreender não seja grande demais. Dito isto, se eu estiver em Roma ou perto de Roma, sucederá que perceba no mesmo olhar a cidade e o rio, e também que essa cidade está junto a esse rio, e que ouça na verdade dizer que essa cidade é Roma e o rio, o Tibre. De modo semelhante acontece nas coisas abstratas. Esta frase “o número binário é par” é verdadeira porque se vejo (ouço, toco, penso) um número binário, vejo um e um (por definição de binário aprendida por ouvir ou por ler) e nada mais; vejo pois duas partes do binário, totalmente independentes, uma e uma, iguais entre si, porque um é igual a um. Por outra parte, o número cujas duas partes totalmente independentes ou componentes são iguais é chamado par (pela definição de par aprendida por ler ou ouvir). Por consequência aquele que compreende que determinado número proposto é binário, compreenderá que é par e por isso tal frase é verdadeira.

É elegante o discurso que lido ou ouvido é agradável. Como, porém devemos nos ocupar do discurso filosófico e do estilo apropriado a ele, deixamos de lado, de momento, a elegância, mesmo que reconheçamos que ela possa ser muito útil para atrair a atenção, para mover os espíritos e para avivar mais intensamente os fatos da memória. Deve-se apenas levar em conta a certeza, quanto o assunto admite. Por outra parte, a certeza, mesmo que apareça um definidor rigoroso, será compreendida como não sendo outra coisa que o brilho da verdade, de modo que a partir dessa noção de certeza siga a do discurso filosófico, dado que as qualidades do discurso que busca a certeza são a clareza e a verdade. É verdadeiramente evidente que a verdade de uma proposição não pode ser conhecida se não for conhecido o significado das palavras, isto é (pela definição de discurso claro), se ela não for clara.

A clareza na oração é própria não apenas das palavras, mas também da construção. Pois se a construção não for clara, será certamente conhecido o que as palavras signifiquem simplesmente e tomadas isoladamente, mas não o que signifiquem nesse contexto e relacionadas umas como as outras. Mas na obscuridade da construção, os oradores e os poetas costumam pecar mais que nossos filósofos; em consequência cabe mais bem a nós dissertar sobre a clareza dos termos isolados.

Dois são os vícios opostos à clareza ou ao conhecimento do significado: obscuridade e, por assim dizer, excessiva clareza ou ambiguidade; naquela nenhum significado é conhecido, nesta aparecem muitos, mas é incerto qual seja o verdadeiro. Além disso, a clareza de uma palavra procede de dupla origem: ou da palavra em si mesma, ou a partir das circunstâncias do discurso. Por sua vez, a clareza de uma palavra considerada em si mesma deriva também de duas fontes: sua origem e seu uso. Agora bem, a origem de uma palavra finalmente se divide em dois, o uso da raiz e a analogia da derivação feita a partir da raiz. O uso é o significado da palavra geralmente conhecido por aqueles que usam a mesma língua. A analogia é o significado da flexão ou da derivação igualmente conhecido por quantos falam a mesma língua. Por exemplo, o uso da palavra *Fatum* (fado, destino) ou seu significado é conhecido como necessidade do que deve necessariamente acontecer; a origem dessa palavra é composta pelo uso da raiz e pela analogia: a raiz é *for* ou *fari*, o uso da raiz é dizer; a analogia é *fati*, que vem de *fatum*, com o que na língua latina é dado a entender o significação do participio perfeito passivo de um verbo, de modo que na sua origem *fatum* signifique o mesmo que *o que é dito*. Muitas vezes, porém, o uso nasceu de certo tropo desde a origem, o que fica evidente no exemplo proposto, pois pela origem *fatum* é o mesmo que o que é dito, e pelo uso é o mesmo que o que deve acontecer necessariamente. Vejamos, por conseguinte de quem são os ditos que devem necessariamente acontecer, e é manifesto que as coisas acontecem somente conforme os ditos de Deus. Em consequência, pela origem *fatum* é *dito por antonomásia* ou κατ' ἐξοχήν, dito de Deus, de onde, por sínédoque, dito de Deus sobre o futuro, ou decreto de Deus, de onde enfim por metonímia o que deve necessariamente acontecer, que é agora o uso dessa palavra.

Por isso é próprio do bom gramático, e também do filósofo, poder deduzir o uso de um termo a partir de sua origem, por um sorites contínuo dos tropos. Vejo que, principalmente, nisso foi um mestre Júlio César Scaliger, cujos livros sobre as origens (das palavras) desapareceram com não pequeno dano para a Filosofia, exceto onde seu filho que, na maioria dos casos, porém, discorda das coisas que seu pai já tinha publicado e espalhado aqui e ali em seus escritos, se serviu deles nos *Comentários a Varrão*. Mas, assim como nas meditações do filho temos mais erudição, da mesma forma perdemos com os textos do pai sobre as origens das palavras, mais agudeza e filosofia.

Contudo, ao usar as palavras a seguinte regra deve ser respeitada: se a origem diverge do uso, ao falar, sigamos preferencialmente o uso mais do que a origem; no entanto, se o uso é vacilante ou não contraditório, liguemo-nos melhor à origem. Se o uso é múltiplo, deve-se procurar uma das opções: ou que pela mente seja abstraído algum significado que chamam formal, isto é, que seja dado o significado da palavra que abrange todos os usos, no qual costumam trabalhar os teólogos, sobretudo os intérpretes das escrituras hebraicas entre os quais, nesta caça dos sentidos, se destacava Samuel Bohl, ou, se isso não for possível, que seja fixado pelo menos algum uso, por assim dizer, originário, isto é, a partir do qual fluam os restantes usos, da mesma forma que ele mesmo fluiu desde a origem, a saber, pelos canais dos tropos. É necessário, porém prestar atenção, ao estabelecer o uso originário, que exista um significado formal, ao menos da maior parte dos usos, até onde pode ser feito, e que os restantes usos sejam deduzidos a partir daquele. Mas em cada um dos dois casos, tanto no uso originário, como no significado formal escolhido, deve ser considerado o seguinte: que dos muitos significados disponíveis seja escolhido aquele mais próprio à origem da palavra. Porém, uma vez, escolhido o significado, se for o caso, deve ser expresso numa definição (pois a definição não é outra coisa que o significado expresso em palavras, ou, dito mais brevemente, a significação significada) e deve ser proposta a algum ouvinte ou leitor. Ao definir, não é suficiente cuidar que a definição seja reciprocamente verdadeira, requer-se também que seja clara.

Por conseguinte devemos fugir dos termos técnicos como se fossem o pior cão e serpente, e principalmente devem ser evitados aqueles nomes dos predicamentos que estão muito longe do uso da língua latina. É necessário insistir com muita firmeza que, uma vez estabelecida a definição, se tu tiveres substituído o definido pela definição, em todas as partes, nenhuma expressão absurda se tenha seguido. Mas ainda que tu não tenhas anunciado nenhuma definição, o uso da palavra deve ser, contudo uniforme, de modo que a mesma definição possa ser substituída por ela em ambos os casos.

E assim fica claro qual significado deve ser dado a determinada palavra. Vejamos, pelo lado oposto, que palavra deva ser usada para um significado dado. Nisto deve considerar-se a importância da brevidade e da clareza. Bem, a principal espécie de clareza está nos termos tomados do meio social, mantido também seu uso popular; há sempre alguma obscuridade nos termos técnicos. Chamo popular um termo (seja permitido usar o nome de

*termo* no sentido que signifique uma voz na medida em que tenha significado, a menos que prefiras substituí-lo por *vocábulo*, coisa que certamente não acontecerá contra minha vontade), quando a voz e o significado são usuais; e chamo técnico um termo, quando ou a voz ou o significado são particulares (próprios de algum homem ou de grupo de homens). Se a própria voz é particular, se segue que tenha sido formada através de certa onomatopéia, tais como o são muitos dos vocábulos da *Rothwelschen Sprache* cujo léxico compendiou Gesner no *Mithridates*. Nesta formação de palavras, deve-se sobremaneira ter cuidado para que não seja ela de forma casual e por ímpeto arbitrário da mente, mas por certo método, quanto mais adequado, mais louvável. O método de formação de palavras tem sua adequação tanto a partir da raiz quanto do modo de formá-la; a raiz deve ser usual e próxima quanto seja possível à coisa que pretendemos designar com a nova palavra. A analogia deve ser também usual e apropriada de tal modo que, a partir da significação da raiz, e da analogia, possa ser produzida a definição que pretendemos da nova palavra. Por exemplo, *haecceitas* não tem uma analogia usual e até melhor seria o termo *hoccitas* (ou hoccimonia) como *quidditas*, não *quaedeitas*. Logo, da raiz de *hoccitas* e da analogia pode-se formar sua definição, pois a raiz de *hoccitas* é *hoc*; a analogia *itas*. Agora bem, a analogia ou este método de derivação significa o motivo da denominação na raiz, ou a qualidade da raiz enquanto é tal, tal como é dito. Por conseguinte, será *Hoccitas* o motivo por que uma coisa é dita isto (*hoc*) (como define Aristóteles a qualidade, como aquilo pelo qual dizemos ser as coisas de tal natureza (*quales*) ou sua qualidade enquanto é isto (*hoc*)). Nem é de estranhar que as coisas abstratas sejam definidas pelas concretas, porque as concretas são mais conhecidas. Se, porém, não a palavra mas a significação é nova, é preciso estar atento para saber se a significação de certo modo é pertinente à palavra, isto é, se é possível deduzi-la por força de tropos, ou por seu uso comum, ou ao menos por sua origem, ou também, se não poderia haver uma palavra mais apropriada.

Tudo isso deveria ser ilustrado com exemplos, se meu propósito fosse expor tais coisas mais do que advertir. Além disso, como já disse, devemos evitar totalmente os termos técnicos e tomar cuidado com eles no que for possível; mas isso nem sempre é possível por causa da prolixidade que surgiria se devessem ser usadas sempre as palavras comuns. Por exemplo: O quadrado é um quadrilátero, equilátero e retângulo; mas os termos *equilátero*, *quadrilátero*, e *retângulo* (para não falar do plano) são por sua vez

termos técnicos, e em consequência explique-se assim: equilátero é uma figura cujos lados são todos iguais, quadrilátero é uma figura em que há apenas quatro lados, pois lado (*latus*) é uma linha que limita. Retângulo é uma figura cujos ângulos são todos retos, ângulo é o encontro de linhas, ângulo reto é aquele que é igual de um e outro lado. Por conseguinte, se é necessário evitar o uso dos termos técnicos, deveriam ser sempre usadas em lugar da palavra quadrado as seguintes palavras: aquilo cujas linhas limitantes são todas iguais e cujas linhas limitantes são apenas quatro, e todas as junções de suas linhas terminantes são iguais de um e outro lado. E, contudo, se convém tratar com mais rigor os termos *linha*, *limite*, *junção* e *igualdade* deveriam ser ulteriormente analisados, pois da forma como são usados não se ajustam com exatidão aos conceitos, da mesma forma que a palavra quadrado, quer pela sua origem, quer pelo uso comum pode ser atribuída a todo quadrilátero, mesmo que os geômetras a atribuam por antonomásia somente ao quadrilátero equilátero retângulo como o mais perfeito. Acredito que até um cego pode ver quão desagradável e quão inoportuno seria falar e demonstrar sempre todas essas outras palavras no lugar da palavra *quadrado*. Podem ser acrescentadas outras coisas, que eu expus aqui e ali na (minha obra) sobre a arte combinatória.

Embora o Juízo seja consolidado por essas decomposições dos termos técnicos em (meros) termos populares, de onde também numa demonstração perfeita nenhuma outra coisa mais apareceria senão aquilo que resulta de uma decomposição última e muito conhecida do sujeito e do predicado em definições e dos termos que entram na definição respectivamente em novas definições (seja que toda essa análise ocorra em um lugar ou em outras definições ou em demonstrações nossas ou já feitas por outro autor, cujo uso das palavras fazemos nosso às quais remetimos), contudo a memória seria sobrecarregada. Foi, pois necessário encontrar termos técnicos dessas coisas, para as quais o vulgo, seja porque não as considera, como no caso da linha quadratriz, ou porque as usa raramente como a Hipérbole e a Parábola, não deu nomes peculiares, pensando ser suficiente, se afinal alguma vez o uso exigisse, designá-las com uma circunlocução. E por certo é muito verdadeiro que não existe nenhuma coisa que não possa ser explicada com termos comuns, ao menos na maioria dos casos. Por isso nosso Nizólío insiste aqui e ali em que devia ser considerado nulo, falso e inútil aquilo ao qual não tenha sido associada na língua usual nenhuma palavra ao menos geral (isto é, como

eu entendo, palavra que ligada com outras também gerais finalmente possa expressar a coisa de forma particular).

Pois os filósofos nisto não são melhores que o vulgo porque percebem outras coisas, mas porque as percebem de outro modo, a saber, com o olho da mente, e com reflexão ou atenção, e por meio da comparação das coisas com outras. Ora a atenção dos homens para alguma coisa não pode ser melhor estimulada que por meio de certa palavra imposta, pois ela seria um sinal para mim mesmo, um signo do pensamento dirigido aos outros<sup>38</sup>. Pelo demais, nem de longe os filósofos compreendem coisas mais secretas e mais distintas do que os demais homens; pelo contrário, antes de que o incomparável Verulâmio<sup>39</sup> e outros homens esclarecidos reconduziram a Filosofia das suas divagações aéreas ou também do espaço imaginário para a nossa terra e para proveito da vida, amiúde algum alquimista que sopra cinzas já tinha tido conhecimentos mais sólidos e mais esclarecidos sobre a natureza das coisas do que algum mau filósofo (não negamos que também houve entre os filósofos, sobretudo entre aqueles que beberam de Aristóteles e das fontes dos antigos mais que dos escolásticos, vários muito sábios e de grande valor) que se dedicasse durante todo o dia ou a *haecceitas* ou ao *hoccitas*.

Por isso os filósofos frequentemente não compreendem senão aquelas coisas que também os outros compreenderam, porém apreciam com atenção o que os outros descuidaram. Assim Joachim Jungius de Hamburgo realmente filósofo, observou, coletou, classificou e comparou entre si diversas espécies de insetos certamente já vistas pelos mortais, mas, até esse momento, negligenciadas por todos e pisoteadas, e a partir daquela comparação também lhes impôs novas denominações. Esperamos que esses trabalhos de Jungius e outras coisas pensadas por ele entre elas sejam publicadas quanto antes pelo muito esclarecido Vogel.

Reconheço, porém que algumas vezes também os filósofos<sup>40</sup> entendem os corpos ou as qualidades dos corpos, coisas que os outros nunca compreenderam; assim os químicos amiúde produzem novas substâncias até agora ignoradas, por meio de misturas várias e decomposições; a mesma coisa

---

<sup>38</sup> Esta concepção da linguagem também aparece no cap. II da Parte I dos *Elementos de Filosofia* de Hobbes. Ver: Hobbes, 2005, p. 20-21.

<sup>39</sup> Francis Bacon.

<sup>40</sup> Aqui se refere aos filósofos naturais, que hoje chamaríamos físicos ou químicos.

acontece com as manipulações dos médicos, às quais costuma-se dar também o nome do autor com maior eficácia para perpetuar esse nome do que se ao médico lhe tivesse sido erigida uma estátua, feita com material resistente, com uma dedicatória, colocada sobre um pedestal. Aquele que primeiro usou o microscópio viu, sem dúvida, também muitas qualidades novas, como diversas colorações até agora aqui desconhecidas. Para esses casos, devem ser inventados novos nomes ou os antigos devem ser adaptados por meio de certos tropos propostos a partir da relação da coisa ou qualidade nova com as antigas.

Portanto, deve ser considerado o seguinte: aquilo que não pode ser explicado com termos comuns, a não ser que seja evidente para a percepção imediata<sup>41</sup> (tais como muitas espécies de cores, odores e sabores) é nulo, e como um canto expiatório deve ser afastado da Filosofia. Por isso é costume entre certos filósofos inteligentes insistir junto àqueles egrégios dialéticos disputadores para que explicitem claramente todos seus termos ou, caso eles quiserem fugir desse incômodo, desçam a alguma língua viva ou popular; e tentem nela expor seus pensamentos. Feito isso, seria surpresa se eles fossem derrubados ou, se tentarem fazer aquilo, que sejam ridicularizados pelos homens de hoje, dotados de juízo e de experiência, porém não absolutamente conhecedores da língua latina.

Eu acredito que com certeza foi por essa razão que na França e na Inglaterra gradativamente o método escolástico de filosofar passou muito de moda, pois já faz algum tempo esses povos começaram a cultivar a Filosofia na sua própria língua, de tal modo que aconteceu que as pessoas simples e também as mulheres tiveram a possibilidade de julgar sobre tais assuntos. Sem dúvida o mesmo teria acontecido entre os italianos e os espanhóis, se nesses países os teólogos escolásticos não tivessem vindo para auxiliar os filósofos relacionados com eles. Na Alemanha, entre outras razões, a Filosofia escolástica está muito enraizada porque tarde e nem mesmo agora satisfatoriamente, se começou a fazer Filosofia em língua alemã.

Ousaria, porém, afirmar isto: para tentar provar algo e para o exame dos filosofemas numa língua viva não existe na Europa língua mais apta que a alemã porque ela é muito rica para expressar coisas e é a mais perfeita, para inveja de todas as outras, porque as artes reais e entre elas as mecânicas faz já

---

<sup>41</sup> Os dados imediatos da sensação não podem ser explicados através do discurso. Nós não podemos explicar as cores a uma pessoa cega desde seu nascimento.

muitos séculos não foram mais cuidadosamente tratadas por nenhum outro povo de forma mais diligente, de modo que até os próprios turcos nas minas de Grécia e da Ásia Menor usarem palavras do alemão para os metais.

Por outro lado, para expressar produtos da imaginação a língua alemã é sem dúvida inapropriada, muito mais inapropriada sem dúvida que o francês, o italiano e as derivadas da língua latina, porque nas línguas originadas do latim, com uma palavra latino-bárbara levemente flexionada, de imediato se faz uma normal na língua francesa ou italiana. Por isso, muitos termos da filosofia escolástica, de alguma forma, são também vertidos para o francês. Pelo contrário na Alemanha, ninguém tentou tal coisa até agora, sem ser vaiado por todos. Porém se alguém tivesse desejado manter ou alterar os termos latinos, isto não seria já filosofar em alemão, mas em latim, não teria tido qualquer utilidade nem teria sido compreendido em nenhuma parte por qualquer pessoa desconhecadora da latinidade, porque a língua alemã está imensamente distante da língua latina, o que não é o caso das línguas italiana e francesa. E esta foi a causa para que a Filosofia fosse desenvolvida entre nós muito tarde na língua vernácula: a língua alemã se afastou não da Filosofia em si mas da filosofia bárbara<sup>42</sup>. Já que o método bárbaro de filosofar foi deixado tarde de lado, não deve surpreender que nossa língua fosse aceita tardiamente para filosofar.

O que se diz da língua alemã também deve ser dito daquelas que provêm do alemão, como a sueca, a dinamarquesa, a inglesa, e a belga com exceção de que sua mesma proximidade fez ao inglês e ao belga mais ousados em acolher palavras de outras línguas, ao contrário do que ocorreu entre os alemães, ainda que alguns escolásticos ou pequenos viajantes façam grande alarido com simples latinismos, italianismos e galicismos. Contudo, tanto o uso dos homens sérios como o do povo simples rejeita tais modos de falar. Aqui não acrescento nada sobre a língua eslava porque não é suficientemente provida de recursos e designa com termos germânicos a maior parte das máquinas ou coisas estrangeiras.

Por outra parte, neste lugar não se deve deixar de lado aquilo que Thomas Hobbes observou com grande argúcia, que entre aqueles povos, como são alguns dos povos orientais, nos quais é costume subentender o verbo substantivo *ser* sempre por meio de uma elipse, grande parte da filosofia bárbara não pode ser expressa na sua totalidade, ou expressa de uma

---

<sup>42</sup> Filosofia escolástica.

forma muito deficiente, ainda que esses povos não sejam menos capazes que os demais para a Filosofia, e usem em outros respeitos uma língua culta e rica nas próprias coisas. Impõe-se, porém, retornar da digressão ao caminho principal.

Por conseguinte, uma vez que é certo que não existe nada que não possa ser explicado por termos comuns, também é certo que uma oração é tanto mais clara quanto mais comuns são seus termos, a não ser que, tendo sido multiplicados em excesso os nomes, nasça por essa razão em outra cabeça<sup>43</sup>, o tédio, o esquecimento e assim a obscuridade. Então é evidente que a norma e o critério dos termos que devem ser usados é ou a mais útil popularidade ou a mais popular utilidade. Em consequência, todas as vezes que estejam disponíveis termos comuns e ao mesmo tempo úteis, devem-se evitar os termos técnicos. Com certeza, essa é uma das regras fundamentais do estilo filosófico, contra a qual se lançaram frequentemente, sobretudo os metafísicos e os dialéticos; pois as próprias questões da Dialética e da Metafísica geralmente se apresentam também amiúde nos discursos, escritos e pensamentos das pessoas simples e são usadas, volta e meia, durante toda a vida. Daqui aconteceu que o povo ciente dessa mesma frequência tenha designado tais coisas com palavras especiais, extremamente simples e úteis. Como essas palavras estão disponíveis, constitui um erro tornar confusas as coisas por meio de muitas e novas e também incômodas disputas (para não dizer nada sobre a própria inépcia admitida ao inventá-las) e assim tornar-se admirável apenas para os ignorantes, e ridículo para os outros.

O método é semelhante nas questões morais, políticas e jurídicas. Já que essas coisas se apresentam de modo semelhante para o intelecto de todos, a partir da introdução de novos termos inventados dificilmente se pode esperar delas algo mais que obscuridades. Dificilmente digo, pois também declaro: não existe ciência, em que não haja necessidade de termos técnicos, nesse caso certamente o vulgo, ou não compreendeu a coisa ou não manteve a atenção.

Porém nas ciências matemáticas, físicas e mecânicas são necessários novos termos ou termos tomados com um novo significado, pois aquilo de que se ocupam essas disciplinas, na maioria das vezes ou não é suficientemente acessível aos sentidos, ou não é algo abordado no uso cotidiano. Pois essas coisas são mostradas ou suas qualidades são

---

<sup>43</sup> Em latim *ex alio capite*. Deve-se entender: na mente do ouvinte.

descobertas por meio de diversas divisões das coisas em partes, mutações, movimentos, acréscimos, supressões, deslocamentos, misturas e em geral por meio da aplicação dos experimentos os quais o homem comum não costuma fazer se não for obrigado pela necessidade, deixando isto para um perito em qualquer das ciências. Porém, ainda que os termos técnicos sejam um pouco mais breves que os usuais, é notável que, contudo, disso não resulte um alívio notável do cansaço ou da memória.

Assim é evidente que ao filosofar é mais útil se abster dos termos técnicos. Há, no entanto, grande diferença entre os modos de filosofar é importante, pois um é, por assim dizer, acroamático, o outro, exotérico. Modo acroamático é aquele em que tudo é demonstrado, o exotérico é aquele em que afirmações são feitas sem demonstração, mas confirmadas por certas coisas que são congruentes com elas e pelas razões obtidas a partir dos tópicos<sup>44</sup> ou também por razões demonstrativas, mas não propostas

---

<sup>44</sup> Aristóteles se ocupou dos tópicos na sua obra *Tópicos* e no livro II de sua *Retórica*. Os *tópoi*, ou lugares de argumentação, constituem o coração da argumentação dialética, a que parte, segundo Aristóteles, de premissas prováveis e chega a uma conclusão também provável. “Provável” neste contexto significa “verossímil” ou “razoável”. A tradição retórica e dialética não caracterizou o conceito de *tópos* de uma forma unívoca. Um *tópos* podia ser tanto uma estratégia argumentativa padronizada como também uma crença compartilhada pela maioria das pessoas de uma comunidade. Assim, por exemplo, o *tópos* da definição nos indica como estratégia argumentativa que, se quisermos discursar sobre um assunto, devemos buscar a definição da coisa sobre a qual argumentamos. Outro *tópos* nos indica buscar a etimologia da palavra que expressa o conceito sobre o qual se discute. Falando sobre educação, um pedagogo poderia argumentar que ela consiste no processo de fazer surgir os conhecimentos, que o educando já possui de forma implícita, dado que “educar” vem da união da preposição latina *ex*, que é usada para expressar qualquer tipo de movimento dentro para fora, com o verbo latino *ducere* que significa conduzir, dirigir. Se de outro lado, buscamos exemplos dos *tópoi* como crenças, encontramos máximas do tipo “o dinheiro não faz a felicidade” “não existe homem que seja completamente feliz”, “não devemos trocar o certo pelo duvidoso”.

A forma de apresentar esses *tópoi* nos autores da Antiguidade clássica varia segundo qual seja a obra que consideramos. Nos *Tópicos*, Aristóteles orienta sua exposição a partir dos predicáveis: a definição, o próprio, o acidente e o gênero. Na *Retórica*, livro II, a exposição é diferente. O fio condutor não são mais os predicáveis. Nessa obra são apresentados em primeiro termo os lugares comuns aos três gêneros oratórios (forense, deliberativo e discurso de louvor) e depois, em segundo lugar, aqueles lugares que podem servir como premissas de entimemas. Os *tópoi* apresentados nesse texto são entre outros, o do possível e o impossível, as máximas ou depósitos de sabedoria popular, os contrários e a definição. Nos *Tópicos* de Cícero a exposição é menos sistemática. O orador romano disserta sobre os *tópoi* da definição, da enumeração, da etimologia, do gênero, da espécie, da causa e da analogia.

Na Idade Moderna encontramos críticas ao uso dos *tópoi*. Na *Lógica de Port Royal* III parte, capítulos XVII e XVIII, vemos que o estudo dos *tópoi* argumentativos é uma tarefa supérflua. A perspectiva desta obra é a de um manual de Lógica, o que significa que se trata de um texto destinado a caracterizar as formas de racoar que de premissas verdadeiras nos permitam concluir em uma proposição também verdadeira. No capítulo XVII os autores, Nicole e Arnauld, criticam Petrus Ramus, por ter julgado que antes de querer inventariar todas as formas válidas de raciocinar, os lógicos deviam se ocupar da arte

topicamente; as coisas ditas são elucidadas com exemplos e analogias; e esse modo de se expressar é certamente dogmático ou filosófico, porém não é acroamático, isto é, nem muito rigoroso nem exato. Esta diferença também se observa entre os matemáticos, pois distinguem os escólios das demonstrações, tratam as demonstrações de forma muito rigorosa e acroamática, e os escólios com um certo método mais familiar e exotérico, o que além disso fica claro em Euclides só a partir de Proclo<sup>45</sup> que nos escólios faz algumas observações históricas para ilustrar o tema e não duvida em ampliá-lo. Idêntica a essa distinção é a distinção entre recomendações e comentários que vejo ter agradado com utilidade a Bartholomeu Keckermano e a João Henrique Alsted, e que João Vossius, homem de grande saber nas suas classificações das artes liberais e populares, conservou também<sup>46</sup>.

A razão daquela distinção é a seguinte: que seja lícito incluir algumas coisas dignas de ser conhecidas ou também úteis, sem contudo interromper a sequência de definições, divisões e demonstrações. Em consequência, aquilo que foi dito a respeito do estilo filosófico deve ser dito da parte acroamática. Na parte exotérica, que seja permitido usar muitas palavras a fim de que, se alguma coisa se afasta da certeza se afaste, porém pouco ou nada da clareza. Pelo contrário, como eu disse, a parte acroamática consta de definições, divisões e demonstrações; ainda que se possa prescindir das divisões assim como Euclides se absteve delas, contudo são usadas com proveito, pelo menos para que as definições sejam conectadas entre si com ordem, pois as proposições devem ser ligadas não através de divisões mas através de

---

de encontrar argumentos. Ramus julgava que, para essa tarefa, o uso dos *tópoi* é indispensável. Ramus foi de fato o continuador de uma tendência, dependente da influência de Cícero e renovada no século XV por Rudolph Agrícola, que buscava substituir uma Lógica baseada na predicação, como o é a de Aristóteles, por uma baseada nos *tópoi*. O capítulo XVIII da *Lógica de Port Royal* nos transmite uma classificação dos lugares de argumentação, dada por Clausberg. Esse autor os dividiu em lugares de Gramática, de Lógica e de Metafísica. Entre os lugares de Gramática encontramos a argumentação pela etimologia e também aquela que procede através do uso de palavras que pertencem à mesma raiz. Os lugares de Lógica são aqueles dos que Aristóteles se ocupou nos *Tópicos*. Os lugares de Metafísica são aqueles nos quais está envolvido o conceito de causa, entendida tanto como causa eficiente como também causa final. O uso dos *tópoi* não podia satisfazer aos autores da Lógica de Port Royal que, imersos numa perspectiva cartesiana, tinham só interesse naquelas formas de raciocinar que permitem obter conclusões evidentes.

<sup>45</sup> Proclo, filósofo grego do século V. DC escreveu um comentário aos Elementos de Euclides.

<sup>46</sup> Johannes Heinrich Alsted foi um divulgador das concepções de Petrus Ramus. Uma das preocupações dos ramistas foi classificar as diferentes artes. Alsted foi o autor de uma Enciclopédia que teve influência na obra posterior de Leibniz, filósofo que elaborou vários projetos de Enciclopédia.

demonstrações<sup>47</sup>. Por conseguinte, todo aquele que pretenda definir com cuidado, dividir apropriadamente, e demonstrar corretamente ou tornar certa uma proposição deve proceder com muito rigor e não deve admitir ao demonstrar nenhuma palavra que não tenha sido definida, ou nenhuma proposição que não tenha sido demonstrada, ou certa em decorrência de uma percepção imediata<sup>48</sup>. Em relação ao restante que se permita talvez incluir, algumas vezes, alusões agudas, semelhanças, metáforas, exemplos, sutilezas, histórias, como também distrair o espírito cansado do leitor com inserção de amenidades, de tal modo porém que, também nesse caso, seja evitada toda obscuridade e qualquer excesso de figuras retóricas.

Também isto pareceu-me digno de ser lembrado neste lugar, porque ao contrário dos que pensam com o vulgo, penso que, para o ato de filosofar com precisão, devem ser usados somente termos concretos; e vejo que isso fez o próprio Aristóteles; os próprios termos *ποσόν, ποιόν, τα πρός τι* pertencem mais à língua oral que *ποσότης, ποιότης, σχέσις* ou se fosse permitido dizer desse modo *προς-τινότης*<sup>49</sup>. Isso os partidários de Aristóteles, na frente do vulgo, o perdoam como se fosse um fato grosseiro, e se imaginam muito sutis, se agradar os deuses, quando preenchem tudo com termos abstratos, ainda que, pelo contrário, tenha-se descoberto como certo que esse desejo de inventar termos abstratos, dos quais contudo se pode prescindir muito bem ao filosofar, quase obscureceu para nós toda a filosofia. Pois na verdade, as coisas são concretas, os abstratos não são coisas, mas modos das coisas e por outra parte muitos modos não são mais que relações da coisa com o intelecto ou com as faculdades de representação. E sem dúvida existe uma iteração infinita dos modos, tanto qualidades de qualidades, como números de números, os quais se todos fossem coisas, não apenas surgiria uma infinidade de objetos, mas também uma contradição. Pois se a Entidade for um ente, se a Realidade for uma coisa, se a “Qualqueridade” alguma coisa<sup>50</sup>, então a

---

<sup>47</sup> Crítica ao método de divisão conceitual por dicotomias usado pelo humanista Petrus Ramus na suas obras de Lógica e Dialética.

<sup>48</sup> Aqui Leibniz faz suas as palavras de Pascal, que no seu opúsculo *O Espírito da Geometria*, afirmava que não se devia aceitar nenhuma proposição sem prévia demonstração e nenhum conceito sem definir. Dessa forma se evitariam os erros ao raciocinar e as disputas infundáveis.

<sup>49</sup> A primeira lista de termos gregos é de termos concretos, a segunda contém os termos abstratos que se derivam deles.

<sup>50</sup> Em português não é possível expressar com exatidão o original em latim que diz: (...) *si Entitas Ens est, si Realitas res est, si aliquiditas aliquid est* (...). Observem-se os pares (*entitas, ens*), (*realitas, res*), (*aliquiditas, aliquid*). A argumentação é obscura. Parece estar envolvido aqui um problema de auto-

forma de si próprio ou a parte do conceito de si será o mesmo, o que implica contradição.

Se, por conseguinte, alguém alguma vez organizar de modo perfeito os Elementos da Filosofia, é necessário que quase se abstenha de todos os termos abstratos. Lembro mesmo que o muito perspicaz Hobbes atribuiu alguma utilidade aos termos abstratos com este argumento muito poderoso: que por exemplo, uma coisa é duplicar objetos quentes, outra é duplicar o calor. Na verdade esta mesma duplicação do calor pode ser expressa em termos concretos, pois se eu disser que a mesma coisa se fez duas vezes mais quente ou que aquilo com o qual medimos o calor foi duplicado, já se entenderá também que não as coisas quentes, mas o calor foi duplicado.

Em consequência, para falar a verdade não descobri nunca algum uso dos termos abstratos na forma rigorosa de filosofar, mas muitos e grandes abusos, muito perigosos. Mas no modo exotérico de expressar-se, creio que os termos abstratos usados não carecem de um uso adequado, pois tornam principalmente mais agudas as frases e, por assim dizer, fixam a atenção do leitor e o advertem sobre outros pensamentos presentes que devem ser abandonados como noções secundárias, com as quais tenho muitos e sérios motivos para comparar os abstratos. Pois em geral penso assim: colocar termos abstratos em lugar dos concretos e no lugar da proposição *o homem é racional* dizer *o homem tem racionalidade* ou *aquele ao qual é inerente a humanidade, é inerente a racionalidade*, ou a *humanidade está contida na racionalidade*, não é apenas uma metáfora mas é também supérfluo; e desse modo seria como se alguém dissesse no lugar dessa mesma proposição o seguinte: *é certo, é verdadeiro, não se pode duvidar; qualquer um que esteja atento o entenderá: a ideia de homem impressa pelos sentidos na minha mente confirma que o homem é racional*; coisas do gênero daquelas que dão cores à expressão e que não acrescentam nada além da relação da coisa com a mente, e podem contribuir para ilustrar e inculcar algo, mas nada podem para filosofar com exatidão, para definir, dividir e demonstrar.

Até agora foi mostrado que é preciso abster-se dos termos técnicos, tanto quanto for possível; agora deve tomar-se em consideração o seguinte: seja que usemos termos comuns ou técnicos, os tropos contudo devem ser ou nulos ou poucos e úteis. Isto foi pouco observado pelos escolásticos; quem

---

referência, do qual decorreria a identidade dos conceitos *Entitas* e *Ens*, *Realitas* e *res*, *aliquiditas* e *aliquid*.

pois se surpreenderia de que seu discurso esteja cheio de tropos?. Que outra coisa mais que tropos são os verbos depender, inerir, emanar, influir? Suárez se vangloria muito com a invenção dessa última palavra. Como os escolásticos que o precederam se esforçaram já faz algum tempo em buscar um conceito geral de causa, e não se encontraram as palavras apropriadas, Suárez certamente não foi mais penetrante que eles, mas foi mais audacioso, e definiu causa de forma muito hábil tendo usado a palavra “influência”: o que influi o ser em outra coisa, forma de definir bastante estranha e obscura; pois a construção por um lado não é apropriada quando o verbo “influir” de intransitivo passa a ser transitivo; e por outro lado, “influir isto” é metafórico e também mais obscuro que o próprio definido; pois eu esperaria definir com mais facilidade o termo causa do que influxo, tão estranhamente adotado.

Por conseguinte, deve-se observar o que também já mais de uma vez aconselhamos: devemos nos apoiar na origem da palavra sobretudo quando é conhecida, na medida em que se possa. Sem dúvida é verdade que toda a significação originária da palavra é própria, por isso não vejo como essa significação própria possa ser dita transferida de outra palavra por meio de uma figura de linguagem; contudo admito o seguinte: que seja próprio algum significado que não seja originário, o que também com razão observou Brunsmann naquelas coisas que faz pouco ele comentou a respeito da significação própria e figurada numa obra de sua autoria. Porém, a tais considerações dele acrescento: toda significação não originária alguma vez foi figurada naquele tempo por certo em que a palavra por primeira vez foi estendida da significação originária a outras significações por meio de tropos; finalmente a significação própria foi estabelecida no momento em que se tornou tão comum que chegou a ser tão conhecida ou mesmo mais conhecida que a significação originária; e já os homens não a usam como derivada a partir da primitiva através de flexões que amiúde não recordam, mas a usam como uma palavra em si<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> O processo de derivação semântica ao qual Leibniz faz referência se conhece como catacreses. Palavras que originariamente eram tropos como pé de mesa, asas de avião, acabaram sendo consideradas próprias e não figuradas, pelo fato de que se esquece o processo que lhes deu origem. É provável que o mesmo possa ser dito em relação ao vocabulário por meio do qual nos referimos aos processos mentais, vocabulário que originariamente foi usado para fazer referência a processos e coisas físicas. Esse assunto é discutido por Locke no Livro III, cap. 1 do *Ensaio sobre o entendimento humano*, e por Leibniz *Nos novos ensaios sobre o entendimento humano*, também Livro III, cap. 1.

Entretanto se alguém se propusesse a decisão de, ao filosofar, não usar as palavras, cuja origem certa é, de outro modo que o exige sua origem e seu uso, não deixará de ser louvável, nem será desprezível, mesmo que eu julgue que isso é difícil de ser realizado de forma constante. Assim julgo que foi dito o suficiente e amplamente sobre o que foi planejado a respeito da clareza da palavra. Agora a clareza que se adquire a partir do contexto, é adquirida ou a partir do próprio discurso ou de fora dele. Se é adquirida a partir do contexto do próprio discurso, a clareza se não for da palavra por si mesma, será então da frase em si mesma. Isto acontece quando a partir do próprio discurso aparece o assunto de que se trata e quando o assunto elimina a ambiguidade; pois se alguém cujo restante discurso trata de temas de Astronomia fala sobre a ursa, o carro, o cão e a lira, então facilmente desaparece a ambiguidade. Do mesmo modo se a premissa é a definição da palavra, também com isso a obscuridade foi eliminada.

Mas se por fim a significação deve ser buscada através de muitas conjecturas, mesmo que tomadas a partir da própria frase, então ela ficou escondida, longe da virtude da clareza. Se de fato o leitor e o ouvinte devem compreender o sentido somente a partir do próprio contexto externo, então já a frase por si mesma é obscura. Por outro lado, uma frase obscura conviria talvez a algum profeta ou a algum propagador dos milagres de um alquimista, ou ao oráculo delfico ou também ao teólogo místico ou a um poeta enigmático, porém nada pode estar mais distante do filósofo. Sem dúvida, não ignoro que não apenas os antigos filósofos dos egípcios, e os atuais dos chineses, e quase todos os orientais e aqueles que os seguiram, e Pitágoras entre os gregos, e entre os romanos e os árabes os alquimistas, ocultaram suas doutrinas por meio de enigmas. Em relação a isso, sua decisão não pode ser reprovada por completo, pois nem todas as coisas devem ser expostas aos olhos de todos, e aqueles filósofos que depois permitiram que os segredos das artes e principalmente da arte médica e matemática passem para o vulgo, fizeram uma coisa estranha à prudência política pois poderiam ter usado essas coisas como instrumentos para libertar as nações das tiranias e estabelecer aristocracias: e nenhuma pessoa prudente acusaria de obscuridade a Lazar de la Riviere ou a Antônio Maria Rheita Schyrlaeo, frei capuchinho, pelo fato de aquele ocultar em um véu de enigmas um certo composto médico e este um projeto de aperfeiçoamento dos tubos óticos, inventado por ele.

Porém não se pode por em dúvida que todas aquelas névoas devem ser dissipadas ao filosofar de forma exata, isto é, ao definir, dividir e demonstrar. Era permitido aos filósofos ocultar suas ideias ou através de uma linguagem peculiar, o que se conta a respeito dos sacerdotes egípcios e etruscos, ou ao menos por meio de uma escrita peculiar como na atualidade fazem os chineses, desde que nessa mesma língua e nessa mesma escrita eles mesmos tenham filosofado entre si de forma clara e exata, e nem apareça aos que entram no seu santuário, aquele vácuo, privado de coisas úteis e cheio de segredos fúteis, coisa que Tácito diz do templo de Jerusalém e que se mostra ser verdadeira cada vez mais da filosofia dos povos orientais.

Assim foi explicado um dos méritos da proposição filosófica: a clareza. Deixamos de lado a elegância para outro lugar. Se quiseres, lê neste tempo a obra de Querenghi *Sobre a Eloquência filosófica*.

Resta tratar da verdade mas é próprio do lógico tratar das regras relativas ao método para reuni-la e confirmá-la e tratar sobre a arte de buscá-la e julgá-la<sup>52</sup>, de modo porém que ele fique bastante aliviado da carga, aliás necessária, de investigar demoradamente todas as coisas por meio de aprimorada clareza de palavras e de discutir tudo. Pois, se nenhuma palavra que não seja clara e de significação certa e definida é empregada, necessariamente todo equívoco desaparece: uma vez este afastado, a imensa quantidade dos sofismas também desaparece. E quase nada faltaria para formar um juízo sólido, além do que o intelecto seja protegido dos erros dos sentidos formados pelo sensório e o meio transmissor, se forem observadas verdadeiramente as regras existentes das deduções.

Como as coisas são desse modo, falta pouco para que eu acredite que assim como duas são as partes da Retórica<sup>53</sup>, uma sobre a disposição das

---

<sup>52</sup> Essa concepção da Lógica como uma *ars inveniendi* e uma *ars iudicandi* é diferente da concepção aristotélica. Aparece na Renascença, mas suas origens estão na Idade Média e até na Antiguidade clássica. De fato ela já se encontra em Cícero. No *De oratore*, II, 38, Cícero definiu a Dialética como a arte de dissertar bem (*bene disserendi*) e de distinguir as coisas verdadeiras das falsas (*vera ac falsa diiudicandi*). Como explicamos na nossa introdução, na Idade Média, os limites entre Lógica e Dialética se tornaram mais tênues até o ponto de não mais se distinguir entre as duas disciplinas. Assim João de Salisbury definiu no *Metalogicus*, Livro I, cap X a Lógica como o método de falar e discursar (*est itaque lógica...loquendi vel disserendi ratio*). Para Hugo de Saint Victor na sua obra *Didascalion*, Livro II, cap XXX esse método de discursar (*ratio disserendi*) tem como partes a invenção e o juízo, dividido este último em demonstração, argumentos prováveis e sofísticos. (Ver: ONG, 1983, capítulo V e nossa introdução).

<sup>53</sup> Na época de Leibniz temos já uma Retórica mutilada. A invenção, aquela parte da Retórica que se ocupava das técnicas para encontrar argumentos, deixou de pertencer à Retórica para fazer parte da

palavras em forma elegante, ornada e eficaz, outra sobre como excitar as paixões, de forma semelhante duas são as partes da Lógica, uma verbal, outra real: a primeira sobre o uso claro, distinto e próprio das palavras ou sobre o estilo filosófico, a segunda sobre as normas do pensamento. Pois a Gramática nos ensina que falemos corretamente segundo o uso das pessoas, a Retórica, que digamos coisas aptas para excitar afetos e a Lógica, que digamos coisas apropriadas para raciocinar. Assim em consequência, não são louvados aqueles que separam a Oratória da Retórica e determinam que a Oratória prescreva sobre excitar emoções e a Retórica sobre a elegância da expressão: isto fazem alguns ramistas<sup>54</sup> ou certos semi-ramistas, homens muito doutos aliás como Keckermann, Alsted, Conrad Dieterich, Caspar Bartholino. Da mesma forma digo, não são louvados eles, porque todo ato de pensar e querer está de tal modo entrelaçado com as palavras que raramente acontece a não ser com o uso tácito delas, pois as palavras são quase o único e imediato instrumento de pensar e de mostrar nossos pensamentos; como finalmente existe um método para excitar e ao mesmo tempo para dirigir os pensamentos e só por meio dele isso acontece, as normas para dispor as palavras com essa finalidade estão contidas nas mesmas regras desse método. Assim julgo que não deve ser criticado aquele que defende ser do ofício do lógico tratar ao mesmo tempo das regras para pensar e do tipo de discurso apto para o ensino. Por essa razão Nizólio, não errou por se ocupar aqui e ali, ao tratar do ofício do lógico, do método exato de discursar, nem tal vez aqueles que antes de Nizólio se ocuparam desse assunto tão necessário, em todas as partes da Enciclopédia. Sobre isto brevemente temos feito referência. Sobretudo com essa importante finalidade editamos Nizólio para contribuir um pouco, mesmo por meio de uma obra alheia, para ajudar no estabelecimento de uma filosofia mais sólida, que faz agora progressos de um modo tão belo em toda parte entre tantos talentos que se esforçam.

Esperamos pois que um fruto não medíocre na atividade filosófica possa redundar da leitura deste comentário a Nizólio, ou, melhor, que os homens se habituem com uma forma de se expressar natural, própria e filosófica, principalmente porque não me é conhecido nenhum escritor que com zelo semelhante, cuidado e também, se lido com atenção, eficácia, se

---

Dialética. Essa mudança pode ser reconhecida já na obra de Ramus. A Retórica acabou por ser uma teoria sobre os tropos e as figuras, processo que culmina no século XVIII (Ver: TODOROV, 1996, cap. 3).

<sup>54</sup> Seguidores de Ramus.

ocupara desse tema, a fim de que sejam extirpados até o fundo todos aquelas espinhos do campo filosófico. Parece-me que isso se realiza assim de modo suficiente na Lógica e no próprio começo da filosofia desde que, fato que não perdemos a esperança que acontecerá, existam pessoas, nesta abundância de espíritos egrégios florescentes, que, tendo começado, prossigam o trabalho assumido e livrem, pelo mesmo método, dos significados enredados dos termos as demais partes da filosofia, a metafísica, a física geral, a filosofia política e a verdadeira jurisprudência. Ofereceríamos algo de nossa autoria se de uma parte não nos afastássemos de outros estudos e de outra se não temêssemos tirar o tema das mãos de outros mais aptos, que se distinguem em todas as coisas.

Quanto ao mais, não temo sustentar o que eu disse, a saber, que Nizólio se destacou um pouco acima dos outros neste gênero de coisas. Pois os ilustres restauradores atuais da filosofia se ocupam mais com demonstrar e enfeitar para si suas descobertas e seus projetos com clareza do que em clarear e rever coisas antigas e recuperadas nas escolas e herdadas de Aristóteles e dos escolásticos. Ainda que não seja próprio da filosofia rejeitar de forma total as coisas antigas, senão melhor corrigi-las e conservar o que é valioso, tais coisas são certamente inúmeras, e são muitas das que estão contidas no próprio texto de Aristóteles.

Além disso, reconheço que muitos aconselharam, decidiram e manifestaram a necessidade de eliminar a forma bárbara de expressão dos filósofos vulgares, porém poucos além de Nizólio empreenderam esse trabalho, pois obviamente é mais fácil criticar do que corrigir. Com razão, quando pela primeira vez as letras começaram a ser restauradas<sup>55</sup>, os eruditos bradaram contra os filósofos escolásticos; em oposição a eles, os escolásticos se chamavam a si mesmos de reais e afastavam do conhecimento interno das coisas aqueles que se apresentavam com o título de poetas e gramáticos. E me lembro ter visto alguma vez um escrito de certo teólogo daquele grupo de homens, com este título: *Apologia de Johannes Seico porque a Teologia não se apóia sobre a poesia*, quase como se alguém sonhasse isso.

Mas enquanto esses<sup>56</sup> atacam, os eruditos<sup>57</sup> ocuparam pouco a pouco os palácios dos ricos. Somente o favor real livrou Lourenço Valla da acusação

---

<sup>55</sup> Aqui Leibniz se refere ao início da Renascença, século XV.

<sup>56</sup> "Esses", *isti* em latim se refere aos escolásticos.

<sup>57</sup> Com "eruditos" Leibniz se refere aqui aos humanistas.

de heresia, para não falar sobre a tendência de Leão X e Francisco I, rei da França, a favor dos literatos, fato que contribuiu muito para extirpar a barbárie. Já antes de Valla, o florentino Dante Alighieri, como um príncipe, restabeleceu as melhores letras a partir do seu baixo nível. Seu discípulo Francisco Petrarca tentou pela primeira vez pôr em prática a elegância na filosofia política, sem dúvida a parte da Filosofia mais apta para ela. Nessa empresa contou com o apoio de Francisco Filefo, Poggio Florentino, Leonardo Aretino e outros. Porém Valla, homem de muita argúcia, começou primeiro a espezinhar os defeitos dos escolásticos e escreveu uma *Dialética* digna do seu talento. Também ousou atacar os juriconsultos com sua obra contra Bartolo, *Sobre os distintivos e armas*, e aos teólogos com sua obra *Sobre o livre arbítrio* contra Boécio.

Então vieram da Grécia em socorro da Filosofia e da eloquência mais requintada, Theodoro Gaza, Georg von Trapezunt, Emmanuel Chrysolaras e Besarion que, mais tarde, foi cardeal. E mesmo que Gaza e Trapezunt divergissem entre si, fazendo reviver o grego Aristóteles e Besarion que era platônico, com cada um deles, este último foi contra os bárbaros<sup>58</sup> com igual ardor de espírito. Instruído por eles, Giovanni Pico della Mirandola, ave rara do seu tempo, inimigo dos astrólogos, Ermolaus Bárbaro comentador da entelêquia<sup>59</sup>, Nicolás de Leonibus Patavino, do qual também se lembrou nosso Nizólio no livro 4, cap. 8, por cuja obra, como diz Erasmo, se começou a falar de novo em Medicina, Marsilio Ficino herdeiro de Besarion, na simpatia por Platão, continuaram a luta empreendida em favor da verdadeira eloquência dos sábios, contra os corruptores de um e de outro filósofo com um ataque muito áspero e com armas modernas.

Finalmente Ângelo Poliziano, Giovanni Francesco Pico della Mirandola, Rudolf Agrícola, Johannes Reuchlin, o cardeal Adriano, Erasmo de Rotterdam, Paolo Cortese, Juan Luis Vives, Felipe Melanchthon, Joachin Camerario, e muitos semelhantes a eles, forçaram as linhas inimigas e lhes impuseram ampla derrota. São tantos os filósofos mais eloquentes que em todo o mundo os seguiram que seus nomes não entrariam em algumas páginas. Além disso, muitos atacaram a forma bárbara de expressão com seus próprios escritos. Existem também as epístolas mútuas entre Giovanni Pico della Mirandola e Ermolao Bárbaro; este último ataca duramente os

---

<sup>58</sup> Os "bárbaros" são os filósofos escolásticos.

<sup>59</sup> Em grego no original: έντελεχίας.

escolásticos, enquanto aquele se esforçou com notável compaixão de abrandar seus vícios, e escondê-los mais que defendê-los. Felipe Melanchthon estimou tanto aquelas cartas que, uma vez ordenadas, cuidou que fossem editadas na Alemanha.

Podem ser acrescentados Quarenghi com sua obra *Sobre a eloquência do filósofo*, texto que Francisco Florido editou em favor da língua latina e seus escritores; Uberto Folieta com sua obra *Sobre o uso e eficácia da língua latina*; Germonio, Corrado, Taubmann e Barth com sua obra *Sobre a língua latina*; *A revisão ciceroniana* de Súsio; *As questões tulianas* de Andreas Schott; o discurso de Alberto de Albertis *Contra os corruptores da eloquência*; Melchior Inchofer com *Sobre a sagrada latinidade*, *O Apologético* de Erasmo contra Martin Dorp; Joachim Vagt e sua obra *Sobre o estilo*; Christopher e sua obra *Sobre a necessária correção das fontes da teologia escolástica* e Ludovico Carvajal Bético com um livro *Sobre a teologia restaurada* no qual como colocou no próprio título da obra, o leitor veria a Teologia purificada com grande habilidade da Sofística e da barbárie. Finalmente Hendrik van der Putte com sua *Discussão dos bárbaros com os barbarinos*; Cristian Becmann e Isaac Clauder com *Sobre a barbárie dos tempos passados*; Frischlin tendo atacado Prisciano; Johannes Conrad Dietrich e sua obra *Sobre a infelicidade dos séculos passados por ignorar as letras gregas*; o *Antibárbaro* de Sixto Amama e Pedro Molina; Gerhard Johannes Vossio, e sua obra *Sobre os vícios do discurso e os glossemas latino-bárbaros*; Johann Niess e seu texto *Sobre o orto e o ocaso da língua latina e o método para restaurá-la*, Petrus a Valle Clausa *Sobre a imunidade dos Cyricacos* (isto é, Teóphile Raynaud contra os censores dominicanos de livros).

Todos eles investiram de propósito contra aquele modo pseudo-filosófico de expressão. A esses podem ser acrescentados aqueles que filosofaram a partir de Cícero, Quintiliano e Boécio: Freigio, Buscher, Jason Denores e Ramus e os ramistas ou filipo-ramistas quase todos; assim também Adriano, também cardeal, com seus quatro livros sobre a verdadeira filosofia a partir dos quatro doutores da Igreja: Ambrósio, Jerônimo, Agostinho e Gregório Magno.

Quanto ao mais, assim como Melchior Cano em relação à Teologia escolástica em alguns lugares, e Paolo Cortese nos *Livros das sentenças* (e recentemente Petavio, com sua obra sobre os dogmas da Teologia), da mesma com um modo de expressão elegante começaram a explicar a Dialética, Valla,

Rudolph Agrícola, Poliziano, Melanchthon, Cesáreo, Hunnaeo, Cornélio, Valério, Periônio, Célio Secundo Cúrio, Johannes Sturm e Hotoman; Vives, Nipho, Javello (também louvado pelo nosso Nizólio no livro 2, cap. 10), Fonseca e Bruno Monllor, a Metafísica; a Física Hermolao Bárbaro, Cornélio, Valério, Francisco Vicomercato, Girolamo Fracastório, Girolamo Cardano, Júlio César Scaliger, Scipione Capece, Tietelmans e recentemente Gassendi. Porém ainda não descobri quem teria cortado com dureza os temos recebidos das Escolas nas restantes partes da filosofia como o fez o nosso Nizólio na Lógica. Em consequência, pensei que Nizólio, até agora muito ignorado, foi mais merecedor de ser colocado como exemplo do discurso filosófico reformado.

Outro motivo para editar Nizólio foi a época do Autor. Certamente a isso se agrega aqui também outro estímulo para editá-lo: percebe-se da obra de Nizólio que existem certas afirmações que em nosso tempo apareceram como novas, mas que já antes foram discutidas muitas vezes com grande empenho por homens doutos. Assim como o telescópio revelou que a Via Láctea é um conglomerado de estrelas imperceptíveis, também a mesma coisa Demócrito tinha conjecturado faz tempo. Uma previsão do mesmo Demócrito foi que as enchentes do Nilo eram causadas pelas chuvas na Etiópia, afirmação ridicularizada por autores contemporâneos seus e por aqueles próximos a eles no tempo, porém atualmente foi considerada verdadeira por viajantes. E hoje, com quão grande algazarra foram redescobertos os átomos de Epicuro e Lucrécio! Diz-se que a hipótese do movimento da Terra foi de Pitágoras, e existem no opúsculo *Número das areias* claros indícios de que Arquimedes mostrou-se favorável a ela. Antonio Deusing e Johannes Friedrich Helvetio sustentam com veemência que o pó simpático do célebre Digby é antigo. Thomas Bartolino refere na sua obra muito completa sobre a educação dos anatomistas que a circulação do sangue por todo o corpo não foi primeiro observada por Harvey mas, há tempo, podia ser lida nos manuscritos de Paulo Sarpio que atualmente também seriam exibidos em Veneza, ainda que pense que ele dê a aparência de mostrar mais do que efetivamente mostra. Soube a partir da narração de homens muito doutos que o próprio grande Descartes ficou muito confuso quando lhe teria sido mostrado que muitas de suas afirmações filosóficas, consideradas descobertas recentes estavam claramente presentes tanto nos textos sobre as coisas da Natureza quanto nos de Ética, em Platão, Aristóteles e outros antigos, que ele desprezava.

Keckermann mostrou a partir de uma comparação de palavras opostas entre si por certo paralelismo, que Luis Vives há algum tempo tinha visto muitas das teses de Petrus Ramus. Acrescento a isso o seguinte: a redução dos termos técnicos aos comuns que é fortemente exigida agora em nosso tempo por escritores famosos como Hobbes, Descartes, Jungius, Clauberg, Raey, e o teólogo Antoine Arnauld a quem apresentam como autor da *Lógica galica*<sup>60</sup>, opúsculo extremamente elegante, já tinha estado grandemente nos planos e nos desejos de nosso Nizólio, muito melhor que no projeto de Ramus, o qual, tendo eliminado os termos aristotélicos, os substituiu por outros termos técnicos, e fez crescer assim não a ciência mas o esforço.

#### IV. OS ERROS DE NIZÓLIO

Resta agora que não dissimulemos os erros e também os defeitos do nosso Nizólio. E entre esses me parece que acima de tudo merece a censura a maledicência com a qual investe contra Aristóteles, contra o próprio Platão, contra Galeno, contra os antigos intérpretes gregos de Aristóteles, contra os escolásticos sem nenhuma distinção (pois chamou Tomás de Aquino de caolho entre os cegos, livro 4, cap. 7 quando desejou tratá-lo com delicadeza). Com essa maledicência por causa de ligeiras diferenças em relação a certas afirmações, também difamou Valla, Vives e Rodolfo Agrícola, que estavam de acordo com ele em muitas coisas. Desejaria eu eliminar tais coisas do livro para que os leitores não aprendessem ao mesmo tempo a insolência com a pureza do estilo ou pelo menos não sejam ofendidos ao percorrê-lo, porém não ousou mudar nada numa obra alheia.

Também há em Nizólio erros, muitos e grandes, grande parte dos quais foram tratados nas breves notas que acrescentei inseridas em letra de tipo menor. Deve-se fazer aqui também menção de alguns dos mais destacados. Com certeza é ele muito merecedor da crítica porque atribui os defeitos dos escolásticos a Aristóteles e também ataca com invectivas homens mais modestos do que ele, como Giovanni Pico della Mirandola, De Leonibus, Rodolfo Agrícola, Juan Luis Vives, e os acusa de adulação, porque teriam tentado defender Aristóteles, ainda que, em nosso tempo, depois de tantos cuidados de homens muito sábios e de intérpretes diferentes da anterior barbárie, nada mais foi descoberto contra Aristóteles do que o

---

<sup>60</sup> Essa obra é conhecida hoje como *Lógica de Port Royal*.

seguinte: Aristóteles está livre e é inocente de toda aquela sandice pela qual os escolásticos são difamados. Quaisquer sejam seus erros são, contudo tais que facilmente reconhecerias os enganos de um grande homem, versado na clareza das coisas, distante dos enganos vertiginosos de algum imperito claustral<sup>61</sup>. Isto deram como suficientemente demonstrado, no século passado, em primeiro lugar intérpretes italianos: Agostinho Nipho, Ângelo Mercenário, Alessandro e Francesco Piccolomini, Césare Cremônio, Marco Antônio Zimara, Simón Simônio, Jacó Zabarella, Francesco Vicomercato e tantos outros. Em nosso século deve-se louvar sobretudo os alemães por seus estudos do célebre Aristóteles. Pois Cornelius Martini, e também Jungius e Johannes Felden, elucidaram brilhantemente, a respeito da demonstração, uma parte em que Aristóteles é apresentado por seus adversários ao povo simples como um monstro, ainda que haja reflexões muito eruditas e dignas de Felden, ainda não publicadas, sobre os *Tópicos* e os *Analíticos* de Aristóteles, para ser usadas como mostra de aprovação. Esperamos contudo que quanto antes elas sejam publicadas pelo próprio autor.

Para a compreensão correta da *Metafísica* de Aristóteles contribuíram muito Soner e Dreier, aquele como professor da Academia Altorfina e este da Regimontana. As *Instituições* de Soner apareceram não faz muito tempo, tendo já falecido o autor. A *Sabedoria universal* ou *filosofia primeira* de Dreier foi escrita a partir sobretudo de sentenças dos intérpretes gregos, harmonizando-se com elas. Com base nesse texto pode ser compreendido de forma suficiente com que sério empenho Aristóteles empreendeu seus trabalhos, com que memorável ordem ele os dispôs e os realizou de forma magnífica.

Para grande proveito e para ter sólidos conhecimentos sobre a natureza das coisas, a Filosofia natural e geral de Aristóteles (pois a que é particular brilha por si mesma) foi traduzida pelo muito competente Abdias Trew, professor de ciências matemáticas em Altorf, que redigiu a Física geral de Aristóteles para ser transmitida de forma matemática. Todos estes que agora se deram ao trabalho de reconciliar Aristóteles com os autores mais recentes mostram de forma suficiente que certamente Aristóteles esteve longe daqueles dogmas obscuros privados de qualquer compreensão que a ignorância pública dos tempos anteriores lhe atribuiu; que ignorava de forma absoluta todas aquelas realidades formais e transmitiu somente noções muito

---

<sup>61</sup> Isto é, de um filósofo escolástico.

gerais, disto em parte se incumbiram de mostrar o muito agudo Tomás de Inglaterra, ainda que seguindo o parecer do ilustre Digby, e em parte também, o muito inteligente Raey.

Por ser um ótimo projeto e também necessário para as letras, para que coisas úteis não sejam eliminadas junto com as inúteis e para que não prevaleçam os anseios de alguns de afastar Aristóteles completamente das mentes da mocidade ingênua<sup>62</sup>, parece que este é o lugar oportuno para que sejam adicionados certos trechos meus de uma carta longa, dirigida não faz muito tempo, a um célebre peripatético alemão, homem também possuidor de um aprimorado conhecimento da filosofia (já posto de manifesto ao mundo por meio de alguns exemplos muito admiráveis e, como desejo, deve ser mostrado a muitos outros de que ele tem uma grande quantidade), homem muito destacado em todo saber. Acrescentaremos portanto imediatamente esses trechos a este nosso prefácio sem nada temer para que não abusemos da paciência do leitor depois de um prefácio tão extenso<sup>63</sup>. Se o leitor é favorável em assunto tão necessário também há de tolerar que sejamos prolixos; se ele é desfavorável saiba que seu julgamento em nada nos afeta.

Investigaram Aristóteles de forma muito profunda em sua filosofia moral e política, além dos demais eruditos<sup>64</sup>, Conring, o jurisconsulto Johannes de Felden, célebre por seus comentários sobre Grócio, pelos *Elementos universais de jurisprudência*, e pela *Análise dos políticos de Aristóteles*, e finalmente o muito esclarecido senhor Jacó Thomasio, de um lado em muitas discussões sobre diferentes argumentos e de outro principalmente nas suas tabelas muito refinadas de filosofia prática, essas totalmente alheias à superfluidade das demais coisas estranhas ao assunto. De Thomasio sobressai também uma introdução muito inteligente à Física aristotélica assim como uma disquisição sobre a origem das formas e um discurso muito notável em louvor de Aristóteles. Para não falar sobre a *Paráfrase* de Heinch, o qual dispôs, em grande medida, numa outra ordem os livros sobre Política de Aristóteles, que estavam dispersos e desfigurados por lacunas e mostrou com grande número de argumentos muito agudos que

---

<sup>62</sup> Em latim: *in animis incautae juventutis*.

<sup>63</sup> Leibniz se refere aqui à *Epistola ad Jacobum Thomasium* que corresponde as páginas 162-176 do V dos *Philosophische Schriften*. Nesse texto Leibniz se ocupa também da questão da relação entre os escolásticos e os modernos.

<sup>64</sup> Em grego no original πολυμαθέστατος.

aquela ordem era do próprio Aristóteles. Nada direi sobre seus demais escritos em relação àquela parte da filosofia.

Acredito que aquele que se dedicar sem violência a esses intérpretes que mencionei, admitirá que Aristóteles é muito diferente daquele que é descrito pelo homem do povo, nem deve junto com Valla, Nizólio, Bassone e outros detratores de Aristóteles, lhe atribuir aquelas coisas que pecam de infelicidade por inabilidade dos intérpretes ou em razão do tempo em que eles viveram.

Também isto não se deve omitir: são injustos aqueles que censuraram tão duramente os erros daqueles tempos; pois, se te colocares nesses tempos pensarias de outro modo. Como a história civil e também a História da Filosofia estavam encobertas, como os melhores escritores tinham sido muito mal traduzidos, e como tudo devia ser transcrito de modo imperfeito, sem o benefício da tipografia, com grande dispêndio, e como as descobertas de alguém raramente ou tarde chegavam ao conhecimento dos outros (razão pela qual acontece que agora muitas vezes são encontrados pela comparação dos autores coisas que também os contemporâneos deles ignoraram), não era de admirar que amiúde se enganassem gravemente, até pareceu milagre que alguma coisa se destacasse nas letras e na verdadeira filosofia.

É por isso que também, se alguma coisa mais áspera me escapou aqui sem maior reflexão, isto quero seja entendido mais pela situação miserável daqueles tempos do que pela fraqueza dos homens. Antes devem ser culpados aqueles que também agora, inventado o cereal, preferem alimentar-se de frutos silvestres, e erram mais por teimosia do que por ignorância. Nem temo dizer que os escolásticos mais antigos são superiores de longe a alguns modernos tanto pela sutileza quanto pela solidez e pela modéstia, e por se manter com muita maior prudência longe das questões inúteis: pois alguns autores modernos, como mal podem acrescentar alguma coisa digna de ser impressa aos antigos, fazem apenas o seguinte: juntam citações de opiniões, inventam inúmeras questões sem valor, dividem um único argumento em muitos, mudam o método, criam e recriam termos. Assim nascem para eles tantos e tão grandes livros.

Quão inferiores em agudeza são, na verdade, os escolásticos deste século e do século anterior em relação aos mais antigos pode o grupo dos nominalistas servir de prova, o mais profundo de todos entre os escolásticos, e o mais conforme com o método de filosofar da filosofia reformada atual; ele, que floresceu grandemente em outra época, agora, sem dúvida, está

extinto entre os escolásticos. Daí poderias conjecturar que houve antes diminuição do que aumento de sutileza. Como o próprio Nizólio não duvidava de abertamente se declarar nominalista quase no final do capítulo sexto do livro primeiro, e como em verdade o núcleo de toda sua argumentação está sobretudo contido nisto, a saber, que deve ser extirpada a realidade das formas e dos universais, considerarei que vale a pena examinar algumas poucas coisas sobre os nominalistas.

São nominalistas os que pensam que todas as coisas, com exceção das substâncias singulares, nada mais são do que nomes e por conseguinte de forma total eliminam a realidade dos conceitos abstratos e universais. Dizem que o primeiro dos nominalistas teria sido Rucelino de Bretanha, que não sei quem foi, por cuja causa foram provocadas violentas disputas na academia parisiense. Aventino se refere a ele em um epigrama da seguinte forma:

*Aquelas palavras que tu, Rucelino, ensinas, as rejeita a  
Dialética,  
e de modo imediato, se lamentando de si mesma, não quer  
estar nas palavras;  
ama a coisa, quer estar nas coisas todos os dias.  
Que seja corrigido pela palavra, torne-se realidade aquilo  
que é ensinado verbalmente;  
chora Aristóteles, transmitindo trivialidades senis,  
as coisas lhe são subtraídas através de neologismos  
e Porfírio se lamenta, porque o leitor lhe roubou as coisas;  
Rucelino, Boécio come quem rói as coisas  
Pensas sem argumentos, e sem nenhum sofisma  
que as coisas existentes permanecem nas palavras.*

No entanto, durante muito tempo o grupo dos nominalistas permaneceu nas trevas, até que um homem de grande inteligência e erudição para aquela época, Guilherme de Occam, discípulo de Escoto, mas que logo foi seu oponente maior, o ressuscitou; Gregório Ariminense, Gabriel Biel e muitos da ordem dos agostinianos foram da mesma opinião, e é por isso que nos primeiros textos de Martinho Lutero a simpatia pelos nominalistas brilha bastante, até que, com o passar do tempo, atingiu todos os monges de forma geral.

De outro lado, a regra geral que os nominalistas usam aqui e acolá é: os entes não devem ser multiplicados além do necessário. Essa regra é contestada por outros em vários lugares, quase como uma injúria contra a fecundidade divina que é generosa mais que avara, e que se alegra com a variedade e abundância das coisas.

Mas aqueles que fazem esse tipo de objeções me parece que não têm captado de forma suficiente o espírito dos nominalistas o qual, mesmo de forma menos clara, pode ser assim expresso: uma hipótese é tanto melhor quanto mais simples e, ao dar as causas daquelas coisas que aparecem, se comporta melhor aquela que supõe muito poucas coisas. Pois quem procede de outra forma, está com isso acusando a Natureza ou a Deus, seu autor, de inépcia e superfluidade. Se algum astrônomo pode dar razão dos fenômenos celestes com poucas suposições, com movimentos puros muito simples, com certeza sua hipótese deverá ser preferida àquela que, para explicar os fenômenos celestes, precisa de círculos de formas muito variadas.

A partir dessa regra os nominalistas deduziram que tudo sobre a natureza das coisas pode ser explicado, mesmo que não se tenha absolutamente nem universais nem realidades formais. Nada é mais verdadeiro do que essa afirmação, nada é mais digno de um filósofo de nossa época, até tal ponto que eu acreditaria que o próprio Occam não foi mais nominalista do que hoje o é Thomas Hobbes, o qual, para falar a verdade, me parece ser mais que nominalista. Pois ele, não satisfeito com reduzir com os nominalistas os universais a nomes, declarou que a própria verdade das coisas consiste em nomes e, ainda mais, que depende do arbítrio humano, porque a verdade depende das definições dos termos e, de outro lado, as definições dos termos dependem do arbítrio humano. Essa é a afirmação de um homem que deve ser considerado entre os mais perspicazes do século, e, como eu disse, nada pode ser mais nominalista do que ela. Porém essa afirmação não pode se sustentar por si. Do mesmo modo que na Aritmética também em outras disciplinas permanecem as mesmas verdades ainda que as notações mudem, e nem importa se é usada a progressão decádica ou a duodenária.

O mesmo deve ser dito dos reformadores da filosofia de nosso tempo, quase todos se não mais que nominalistas, são contudo nominalistas. Em consequência Nizólio será muito ajustado a esses tempos.

Devemos agora retornar aos erros de Nizólio, entre os quais, depois das confusões causadas pelos intérpretes de Aristóteles, o mais evidente é a

supressão total da Dialética e da Metafísica, mesmo que os nominalistas com esforço tenham conservado os mesmos princípios. E na verdade, quem negaria que existem certos preceitos tanto da arte de pensar ou ciência da mente<sup>65</sup>, quanto da piedade natural ou ciência do conjunto das coisas, isto é, da Metafísica? Pois ainda que se queira que aquela pertença à Oratória ou arte do discurso, e esta à Física ou ciência da natureza, com o argumento de que os antigos dividiram em apenas três as partes da Enciclopédia, a saber, Lógica, Física e Ética, de onde resultaria que nem mesmo as Matemáticas seriam uma ciência particular, contudo, nada proíbe subdividir as partes com mais precisão e atribuir à Dialética um lugar diferente da Retórica (como também à Gramática) e à Metafísica ou Teologia um lugar separado da Física (como também à Matemática).

Do mesmo modo é muito difícil admitir que a demonstração tal como Nizólio a caracterizou, Aristóteles a tome da natureza das coisas. Nizólio usa certamente com esse propósito argumentos fracos, dos quais o mais forte é este: que os universais não estão na natureza das coisas (ainda que para demonstrá-lo bastava demonstrar que os universais são nomes). Além disso, os intérpretes de Aristóteles com grande esforço buscaram até agora, em vão, um exemplo disso. Eu na verdade penso o contrário, a saber, que nos livros de Aristóteles e também até do próprio Nizólio ocorrem demonstrações exatas e perfeitas. Reservo para uma obra especial defender a muito nobre arte de demonstrar das objeções feitas por pessoas que não a entendem.

Nizolio nunca me convenceu de que não temos atualmente as obras genuínas de Aristóteles, baseado sobretudo em certos trechos de Cícero. Pois seria de estranhar que um homem político envolvido com muitas ocupações, tal como era Cícero, não compreendesse de forma suficiente as afirmações de um filósofo muito sutil, lidas de uma forma apressada?. Acreditava ele que Aristóteles nas suas obras genuínas chamou Deus de fogo celeste<sup>66</sup>, e na verdade pensa que Aristóteles era um insensato. E ainda que tenhamos Aristóteles por um homem sábio e talentoso, Cícero nos obriga aceitar à força que ele era um homem inepto e insensato.

Essa é uma nova forma da arte da crítica, que consiste em, ao examinar os escritos de um autor genial, segundo a opinião de todos, ter

---

<sup>65</sup> A Lógica é definida por Leibniz, da mesma forma que por muitos modernos, como ciência do pensar.

<sup>66</sup> Em grego no original.

certas coisas como interpolações, por não se encontrar neles algo insensato atribuído ao autor pelos seus adversários. Pois nem o próprio Cícero disse essas coisas injustas atribuídas a Aristóteles senão pela boca de outra pessoa.

De modo mais que suficiente a manifesta harmonia das hipóteses entre si e o método, semelhante em todas partes, de vivíssima sutileza, me persuade da autenticidade das obras de Aristóteles, independentemente do que diga Giovanni Francesco Pico no *Exame da vaidade da doutrina dos pagãos*, independentemente do que digam Nizólio, Petrus Ramus, ou Patrizzi ou o que escreve Naudé na sua *Apologia dos grandes homens suspeitos de magia*, livro que também Nizólio cita.

Por fim não deve ser encoberto um erro grave de Nizólio a respeito da natureza dos universais; pois isto pode desviar completamente o leitor não suficientemente precavido do verdadeiro caminho do filosofar. Esforça-se ele por nos convencer de que o universal nada mais é que todos os seres singulares tomados ao mesmo tempo em conjunto, e quando digo “todo homem é animal”, o sentido é: todos os homens são animais. Isso é verdadeiro, mas não se segue disso que os universais sejam um todo coletivo. No entanto Nizólio raciocina assim: Toda totalidade é contínua ou discreta. O universal é uma totalidade que na verdade não é contínua, em consequência é discreta. No entanto, toda coisa discreta é um coletivo, e é a mesma a razão do gênero humano que a de um rebanho. E semelhante é a natureza desta proposição “todo homem (ou todo o gênero humano) é racional” com esta “todas as cabeças de gado que aqui estão pastando são brancas, ou todo o rebanho é branco”. Mas estás enganado Nizólio; pois há seguramente outro gênero do todo discreto além do coletivo: o distributivo. Por conseguinte, quando dizemos “todo homem é animal” ou “todos os homens são animais”, o sentido é distributivo: quer tomes aquele (Titio) ou esse (Cajo), descobrirás que ele é um animal ou que tem sensações.

Mas se pensamos, conforme o modo de Nizólio, que “todo homem” ou “todos os homens” são um todo considerado coletivamente e idêntico a todo o gênero humano, se seguirá uma expressão absurda. Pois se são a mesma coisa, observa esta proposição “todo homem é animal” ou “todos os homens são animais”, substituamos as expressões nomeadas por “todo o gênero humano”, e resultará esta proposição, mais que absurda, a saber, “todo o gênero humano é animal”; da mesma forma se tratando de

“rebanho”, pois se o universal abstraído de “todas as cabeças de gado que aqui estão pastando”<sup>67</sup>, é idêntico a todo o rebanho tomado coletivamente a partir daquelas, como quer Nizólio, será verdadeira esta proposição: “todo o rebanho é ovelha”. Mas vejamos ainda um outro exemplo menos conveniente para uma última escapatória. Os antigos jurisconsultos, que, suponho, Nizolio não negará terem se expressado corretamente em latim e ao mesmo tempo com precisão, dizem que se alguém assim deixasse por testamento “dôo e lego meu cavalo para Tício”, o gênero é o legado. Agora, na interpretação de Nizólio, como o gênero é o todo tomado a partir dos singulares, será como se dissesse “Dôo e lego todos meus cavalos para Tício”. Admirável exemplo de jurisprudência, se fosse possível. Pelo contrário, sendo o todo substituído em sentido distributivo, é evidente que o sentido será: “Dôo e lego para Tício este ou aquele cavalo”.

Acrescentemos ainda o seguinte: quando digo “todo homem é animal”, se o gênero se predica da espécie, e o gênero é universal, e todo gênero universal é uma coleção de singulares, substituamos a palavra “animal” por “todos os animais tomados conjuntamente” resultará esta proposição “o homem é a totalidade dos animais tomados conjuntamente”. Ainda que seja suficiente ao homem ser algum animal ou algo do gênero universal dos animais.

E não é de pouco peso este erro de Nizolio pois tem algo grave no seu bojo. Porque se os universais não são outra coisa que coleções de entes singulares, se seguirá que não se terá nenhuma ciência por demonstração (o que mais abaixo também conclui Nizólio), senão coleção de coisas singulares ou indução. Mas com esse método as ciências são aniquiladas de forma total e os céticos venceram. Pois com esse método nunca podem ser formadas, proposições perfeitamente universais, porque jamais estás certo de que todos os indivíduos tenham sido examinados por ti, mas sempre ficarás nesta proposição: todas aquelas coisas que eu experimentei são dessa classe. Como na verdade não pode haver nisso nenhum fundamento universal, sempre permanecerá possível que inúmeras coisas que tu não experimentaste sejam diferentes. Mas replicarás que dizemos: o fogo (isto é um certo corpo luminoso, fluido e tênue) arde a partir da madeira ao ser aceso do modo usual, ainda que ninguém tenha experimentado todas as madeiras desse tipo,

---

<sup>67</sup> Como Aristóteles, Leibniz não usa aspas nem algum outro tipo de marca para distinguir as expressões metalinguísticas daquelas que se usam para falar de objetos. Nós as distinguimos por meio de aspas.

mas porque naquelas que experimentamos, a coisa foi descoberta assim. Assim é: conjecturamos a partir daí, e acreditamos também com certeza moral que todos os fogos queimam do mesmo modo, e se tu aproximás a mão te queimarão.

Mas essa certeza moral não está fundamentada apenas na indução, pois dela terias concluído a certeza sem nenhuma força, senão da adjução ou apóio das seguintes proposições universais, que dependem não da indução a partir de coisas singulares, mas da ideia universal ou definição dos termos: (1) Se a causa é a mesma ou semelhante em todos os aspectos, idêntico ou semelhante em todos os aspectos é o efeito; (2) a existência da coisa que não é percebida, não deve ser pressuposta; e por último (3) O que não é pressuposto, deve na prática ser considerado nulo, até que seja provado.

Dessas proposições é produzida integralmente a certeza moral ou prática desta proposição de que todo fogo arde. Pois seja aquele fogo tal como o que agora me é apresentado, digo que é por tudo (no que diz respeito à coisa) semelhante aos anteriores, porque por hipóteses não experimento diferença relevante para a coisa; agora aquilo que não é percebido, não é pressuposto, pela proposição auxiliar (2). O que não é pressuposto deve ser considerado na prática seu oposto, pela proposição auxiliar (3). Em consequência por todos os aspetos deve ser considerado na prática como similar (no que diz respeito à coisa). Logo, por todos os aspetos o efeito de uma causa similar será por todos os aspetos similar, pela proposição auxiliar (1) e com certeza a combustão, por hipótese. Por conseguinte na prática deve-se afirmar que qualquer fogo tal como o apresentado ou que todo fogo arderá. Que era o que devia ser demonstrado.

Aqui aparece claro que a indução por si mesma nada produz, nem mesmo certeza moral, sem o auxílio de proposições que não dependem da indução mas da razão universal; pois se essas proposições dependessem da indução, seriam necessárias novas proposições e assim até o infinito e não haveria certeza moral. Mas a certeza perfeita não pode ser esperada da indução, mesmo tendo sido ajuntadas algumas proposições auxiliares. Nunca conheceremos perfeitamente só por meio da indução a proposição seguinte: o todo é maior que sua parte. Pois logo aparecerá quem negará por alguma razão particular que aquela proposição é também verdadeira em outras coisas ainda não examinadas, como sabemos de fato que Gregório de São Vicente negou que o todo é maior que sua parte, pelo menos no ângulo de contato; outros no infinito; e Tomas Hobbes (mas esse homem!) começou a duvidar

daquela proposição geométrica demonstrada por Pitágoras e julgada digna do sacrifício de vítimas, coisa que eu li não sem surpresa.

E esses são os erros mais importantes de nosso Nizólío, falamos de uns em notas dispersas, outros julgamos ser tais que podem ser descobertos sem grande esforço pelo leitor atento que considerou conveniente divulgar essas observações nossas. Agora, por conseguinte se não estou enganado é necessário pôr um fim a este prefácio muito verboso mas necessário. Se alguém tem medo de que a porta da casa desapareça, que pense que nossa entrada é tão grande, e a casa é tão pequena, porque foi apenas começada. Se depois da Lógica se acrescentasse uma limpeza similar também das restantes partes, terei tomado cuidado de que todas as coisas tenham se tornado simétricas e de que ninguém se queixe por mais tempo da magnitude do átrio e da pequenez da área. Sobre o que sobra, leitor benévolo, delibera com cuidado segundo tuas conveniências para fazê-lo bem.

Email: [gloriasilvina2005@yahoo.com.br](mailto:gloriasilvina2005@yahoo.com.br)  
[molina@unisc.br](mailto:molina@unisc.br)

RECEBIDO: Abril/2012  
APROVADO: Setembro/2012